

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**A INSTABILIDADE E SENSIBILIDADE AO CONTEXTO DAS
TEORIAS IMPLÍCITAS DA PERSONALIDADE**

Filipe Ricardo Lopes Trigo

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Cognição Social Aplicada)

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**A INSTABILIDADE E SENSIBILIDADE AO CONTEXTO DAS
TEORIAS IMPLÍCITAS DA PERSONALIDADE**

Filipe Ricardo Lopes Trigo

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Ana Sofia Correia dos Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Cognição Social Aplicada)

2008

Resumo

As visões clássicas das teorias implícitas da personalidade assumem-nas como estruturas de conhecimento estáveis armazenadas em memória, que guiam o processamento e inferência de informação numa situação de formação de impressões. Assim, em formação de impressões, a apresentação de um traço de personalidade de uma pessoa-alvo activaria esse esquema, de forma a que pudéssemos ir além da pouca informação fornecida. Portanto, seria previsível que, tendo cada indivíduo as suas teorias implícitas da personalidade, os traços inferidos a partir de um mesmo traço apresentado fossem muito regulares em dois momentos diferentes, mesmo que o contexto da sua apresentação variasse. No entanto, noutras literaturas, visões exemplaristas e connexionistas de representações mentais têm contestado as assumpções de invariabilidade das visões clássicas, propondo a sensibilidade ao contexto como uma característica fundamental das representações, e existem estudos que fornecem evidência empírica sobre a instabilidade longitudinal intra-individual de diferentes conceitos, sociais ou não-sociais. Este trabalho segue esta linha de investigação, e propõe a instabilidade intra-individual das teorias implícitas da personalidade e a sua sensibilidade ao contexto. Assim, numa primeira experiência pretende-se estudar essa possível instabilidade através de uma tarefa de selecção de traços a partir da apresentação de um único traço, e de uma tarefa de *ratings* de importância, sendo estas tarefas repetidas 15 dias depois, havendo manipulação do contexto inter-sessões. Na experiência 2 estuda-se a hipótese de que uma das formas de influência do contexto é a incorporação de informação activada contextualmente na representação construída. Na experiência 3 explorar-se-á o mecanismo de influência do contexto por activação-monitorização proposto por Santos (2007), manipulando a sobrecarga cognitiva. São discutidos os resultados esperados e as suas implicações para a representação das teorias implícitas da personalidade.

Palavras-chave: teorias implícitas da personalidade, representações mentais, instabilidade intra-individual, sensibilidade ao contexto, activação-monitorização.

Abstract

Classic views on implicit personality theories regard them as stable knowledge structures stored in memory, which guide the processing and inference of information in an impression formation situation. In this way, in impression formation, the presentation of a personality trait of a target-person would activate that schema, so that we could go beyond the presented information. Therefore, it would be predicted that, if each individual has his own implicit personality theories, the traits inferred from one same presented trait would be very regular on two different moments, even if their presentation context varied. However, in other literatures, exemplar and connectionist views on mental representations have questioned the assumptions of invariability by classic views, proposing context-sensitivity as a fundamental feature of representations, and there are studies offering empirical findings on the longitudinal intra-individual instability of different concepts, social or non-social. This work follows on this line of investigation, and proposes the intra-individual instability of implicit personality theories and their context-sensitivity. Thus, the first experiment is intended to study this possible instability, using a trait selection task after the presentation of one single trait, and an importance rating task, repeating these tasks 15 days later, and manipulating the context between sessions. In experiment 2 it is tested the hypothesis that one way by which the context can have an influence is by the incorporation of contextually activated information in the constructed representation. Experiment 3 will explore the mechanism of context influence through activation-monitoring proposed by Santos (2007), manipulating cognitive load. The possible results and their implications for the representation of implicit personality theories are discussed.

Keywords: implicit personality theories, mental representations, intra-individual instability, context-sensitivity, activation-monitoring.

Índice

Introdução	1
1. Uma breve história sobre a origem das impressões de personalidade	5
2. A representação clássica das teorias implícitas da personalidade	9
3. Abordagem das representações abstractas	14
3.1 Alguns problemas colocados aos modelos abstraccionistas	18
4. Modelos exemplaristas de recuperação parcial	20
5. Modelos conexionistas de processamento distribuído em paralelo (PDP)	25
6. As bases deste trabalho	30
6.1 Visão geral dos estudos	33
Experiência I: A instabilidade intra-individual em função do contexto	35
Método	36
Resultados e discussão	39
Experiência II: Primar um atributo irrelevante versus um atributo incongruente	41
Método	42
Resultados e discussão	43
Experiência III: A monitorização e a rejeição de traços incongruentes	45
Método	45
Resultados e discussão	46
Discussão Geral	47
1. Principais resultados esperados	48
2. Limitações metodológicas e possíveis investigações futuras	51
3. Sumário	54
Referências Bibliográficas	56
Anexos	67
ANEXO I: Traços da lista de verificação	67

Introdução

Constantemente formamos impressões sobre a personalidade de outras pessoas; o contacto com os outros apresenta-nos a maravilhosa aventura de, de um momento para o outro, os conhecermos – mesmo que saibamos muito pouco sobre eles. Ao formarmos essas impressões, frequentemente inferimos traços de personalidade da outra pessoa que, na verdade, nunca nos foram apresentados e sem termos uma real informação sobre a sua presença. Ainda assim, inferimos. Inferimos com base no nosso conhecimento anterior, com base nas nossas experiências do passado. Afinal, se uma pessoa é simpática, é natural assumirmos que também é sensível. Ou será divertida?...

As inferências de traços a partir de muito pouca informação apresentada são um fenómeno persistente na literatura de formação de impressões: por exemplo, Asch (1946) descobriu que a simples troca de um traço por outro, numa lista de traços, provocava uma mudança dramática na selecção de outros traços da mesma pessoa numa lista de verificação; Hamilton, Katz e Leirer (1980) descobriram que uma instrução de formação de impressões, por oposição a uma de memorização, resultava numa melhor recordação dos comportamentos apresentados; Garcia-Marques, Ferreira e Garcia-Marques (2006) obtiveram falsas memórias de traços, num teste de recordação, provocadas pela apresentação de um único traço numa lista de traços. Estes resultados, obtidos com diferentes paradigmas mas todos eles evidenciando uma inferência de traços de personalidade a partir de traços (ou de um único traço) apresentados, têm sido interpretados como consequência de uma “teoria implícita da personalidade” (Rosenberg, Nelson, & Vivekanathan, 1968; Schneider, 1973).

Esta “teoria implícita da personalidade” seria mentalmente representada e funcionaria como um esquema (Abelson, 1981, citado por White & Carlston, 1983), uma estrutura interna de conhecimento abstracta e muito estável, que aparentemente possuímos, e que é activada quando estamos a formar uma impressão de personalidade, para nos ajudar a interpretar e inferir informação sobre uma pessoa (Heider, 1958; White & Carlston, 1983). Como todos os esquemas (por exemplo, a visão esquemática dos estereótipos; Wittenbrink, Gist, & Hilton, 1997), este ajudar-nos-ia a lidar de forma simples e rápida com a variada e constante informação de um mundo complexo, e a ir além da informação dada, sem gastar muitos recursos cognitivos.

Mas na investigação com categorias não-sociais, os psicólogos começaram a encontrar evidências que contrariavam os pressupostos deste abstraccionismo e do uso

de esquemas. Nomeadamente, a estabilidade que atribuíam às representações mentais, supostamente necessária para preservar a economia cognitiva (Fiske, 1980, citado por Santos, 2007), não existia. Os estudos longitudinais de teste-reteste efectuados por alguns autores *e.g.*, Barsalou, Spindler, Sewell, Ballato, & Gendel, 1987, citado por Barsalou, 1989; McCloskey & Glucksberg, 1978), com categorias não-sociais, evidenciavam uma estabilidade intra-individual apenas modesta na geração de propriedades de categorias e na classificação de instâncias em categorias, por exemplo (para revisões de estudos sobre instabilidade intra-individual de categorias não-sociais, ver Barsalou, 1987, 1989). Estes resultados implicavam representações mentais muito mais dinâmicas e instáveis do que aquelas que até aí se assumiam preponderar. Estes dados, juntamente com dados da Cognição Social que indicavam que os estereótipos eram dinâmicos e sensíveis à influência de exemplares específicos (Coats & Smith, 1999; Garcia-Marques & Mackie, 1999), assim como um conjunto de modelos de base exemplarista (Kahneman & Miller, 1986; Smith & Zárate, 1992) ou conexionista (McClelland & Rumelhart, 1985; Smith & DeCoster, 1998), utilizando pressupostos globalistas de busca em memória (Hintzman, 1986), vieram pôr ainda mais em causa a existência, ou pelo menos a necessidade, de estruturas de conhecimento abstractas e estáveis em memória.

Esta ideia de instabilidade das representações mentais parece, assim, ser transversal a várias áreas de investigação da Psicologia (Cognição Social, Psicologia Cognitiva,...), como até hoje foi a visão abstraccionista. Aliás, esta possível transversalidade na Psicologia pode mesmo reflectir o facto de essa instabilidade poder ser uma característica inerente à mente humana, independentemente da área de investigação em particular.

Se na Psicologia Cognitiva a instabilidade intra-individual já havia sido testada para categorias não-sociais (através da metodologia de teste-reteste), na Cognição Social isso ainda não tinha sido testado. Assim, recentemente um conjunto de estudos (Garcia-Marques, Santos, & Mackie, 2006; Santos, 2007) partiram de uma série de evidências e sugestões anteriores sobre a instabilidade das conceptualizações e, utilizando também uma metodologia de teste-reteste, averiguaram directamente essa possibilidade de instabilidade aplicada aos estereótipos. Ao contrário do que vinha sendo assumido há várias décadas na Psicologia Social, os estereótipos mostraram uma instabilidade intra-individual, entre sessões, muito acima daquilo que se esperava de estruturas cognitivas esquemáticas. Essa instabilidade foi confirmada com manipulação do contexto (Garcia-

Marques et al., 2006b, estudo 4), e uma explicação adicional para como opera a influência do contexto nos conceitos construídos foi avançada por Santos (2007): além de outras influências que o contexto possa exercer sobre a construção dos conceitos (já avançadas, por exemplo, pelos pressupostos de recuperação parcial a partir de pistas de recuperação compósitas), através de um processo de activação fortuita de um traço irrelevante para o estereótipo, e por uma posterior falha na monitorização dessa activação, traços irrelevantes activados podem ser incorporados no estereótipo compilado (hipótese das crenças ilusórias). O mesmo não aconteceria para os traços contra-estereotípicos que, por serem mais diagnósticos, despoletariam mais facilmente processos de monitorização, impedindo a sua integração na compilação (mas aumentou a medida de variabilidade percebida; medidas de variabilidade na percepção de estereótipos, e não apenas de tendência central, foram recomendadas por Garcia-Marques & Mackie, 1999).

Assim, partindo destes dados empíricos e destas abordagens que explicam naturalmente a instabilidade e sensibilidade das representações ao contexto, pretendo averiguar se as “teorias implícitas da personalidade” (que, conceptualmente, penso podermos equivaler a estereótipos) são, também elas, instáveis num mesmo indivíduo e sensíveis ao contexto, ao contrário do que parece ser assumido por vários autores na área da formação de impressões. Essa instabilidade, a existir, provocará uma variação significativa nas impressões de personalidade de uma pessoa formadas em diferentes momentos e contextos.

Mas pode acontecer que, devido à natureza particular dos indivíduos enquanto alvos de julgamentos, esta instabilidade nas impressões formadas não se verifique, pelo menos em tão elevado grau como nos estudos referidos. As pessoas são unidades, enquanto que os grupos sociais ou as categorias não-sociais podem, em dadas alturas, ser vistos como colecções de unidades, certo? Portanto, faz sentido que esperemos que uma pessoa seja mais una e estável do que um grupo, por muita entitatividade que este apresente (Hamilton, Sherman, & Lickel, 1998).

Contudo, esta crença na unidade e estabilidade temporal das pessoas (Hamilton et al., 1998) pode existir e não ter nada a ver com as representações mentais e as impressões de personalidade que formamos, de facto, em diferentes momentos e em diferentes contextos, para uma mesma pessoa. Para além das sugestões de diversos autores (Barsalou, 2003; Blair, 2002; Garcia-Marques, 1998; Smith, 1998) de que é possível que todas as representações mentais sejam instáveis e altamente influenciáveis

pelo contexto, ou situadas, o trabalho de Santos (2007, estudo 1) oferece-nos pistas adicionais: a autora incluiu, além de uma tarefa de selecção de traços para compilar um estereótipo, uma medida de estabilidade percebida dos estereótipos compilados. Os resultados indicaram que os participantes sobrestimam a estabilidade com que realmente geram os estereótipos. Isto apoia a hipótese de que as nossas crenças individuais gerais sobre a estabilidade dos julgamentos possivelmente não correspondem ao verdadeiro grau de estabilidade que evidenciamos nesses julgamentos.

Assim, o objectivo principal deste trabalho é investigar sobre a possível instabilidade e sensibilidade ao contexto por parte das teorias implícitas da personalidade, sendo que, no seguimento de Santos (2007), me debruçarei também sobre um possível mecanismo de influência do contexto, assim como explorarei um dos pressupostos desse mecanismo.

Após fazer uma breve introdução sobre o início da investigação em formação de impressões, apresentarei aquela que me parece ser a visão dominante da representação mental das “teorias implícitas da personalidade”. Em seguida, apresentarei algumas das características gerais dessa visão abstraccionista das representações mentais, assim como referirei brevemente alguns problemas empíricos com que estas se depararam, e que fizeram os investigadores procurar outras teorias de representação mental. Logicamente, apresentarei as duas abordagens que mais se destacaram pela sua novidade nas propostas e elegância na explicação de resultados (as exemplaristas e as conexionistas), e de que maneira é que podem prever a instabilidade e sensibilidade ao contexto das teorias implícitas da personalidade. Terminarei esta secção com uma apresentação um pouco mais detalhada dos estudos de Garcia-Marques e colaboradoras (2006b) e Santos (2007), pela sua relevância para este projecto, farei um breve resumo do que apresentei e darei uma visão geral das experiências que pretendo aplicar.

1. Uma breve história sobre as origens das impressões de personalidade

E, no princípio, procuravam-se os bons juízes de personalidade. Assim poderia começar uma breve história sobre a longa tradição das impressões de personalidade.

Durante muitos anos os psicólogos (e a sociedade em geral) interessaram-se por encontrar bons juízes da personalidade (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004). Isto porque muitos cargos políticos ou profissionais, assim como o nosso quotidiano, dependem das relações interpessoais, da nossa adequação aos outros e de diferentes pessoas a determinadas posições. Desta forma, bons juízes da personalidade seriam aqueles indivíduos que, por características da sua personalidade, seriam capazes de melhor se adaptar a diferentes situações de interacção social. Este estudo permitiria, também, ensinar essas características diferenciadoras a indivíduos que as não possuísem e delas necessitassem.

Mas cedo se começaram a descobrir problemas contra esta vontade; nomeadamente, a existência, nas pessoas em geral, de enviesamentos como o *efeito de halo*, o *erro lógico*, o *efeito de benevolência* e a *projectão* (ver Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004), que impediam a acuidade dos juízes. Além disso, Cronbach (1955, citado por Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004) viria a demonstrar que, mesmo quando alguns juízes “acertavam” nos julgamentos (ou seja, quando os seus julgamentos da personalidade de uma pessoa-alvo se aproximavam bastante dos auto-julgamentos desse alvo), essa aproximação poderia não ter nada a ver com acuidade. Este conjunto de entraves à busca de juízes da personalidade provocou o afastamento desta área mas, nalguns investigadores, provocou o interesse pelo estudo dos processos psicológicos básicos que subjazem à formação de impressões de personalidade.

O artigo de Asch (1946) foi o início de muitas questões e de muita investigação sobre os processos psicológicos envolvidos na formação de impressões de personalidade. Asch teve o mérito, entre outros, de ser capaz de trazer para o laboratório o estudo de como os indivíduos percebem outros indivíduos, controlando as variáveis em jogo (Wishner, 1960).

Assim, Asch (1946) apresentou listas de palavras (traços de personalidade) aos participantes, e era-lhes pedido que imaginassem que essas palavras caracterizavam uma pessoa-alvo. Mais tarde ser-lhes-ia pedido que descrevessem brevemente essa pessoa, e que seleccionassem, numa lista de verificação, os traços que consideravam que melhor se adequavam à impressão de personalidade formada daquela pessoa (ou

seja, que a partir da informação apresentada, inferissem outra informação). Os principais efeitos identificados por Asch foram: a *centralidade dos traços* (havia traços, como *caloroso/frio*, cuja substituição na lista de apresentação tinha efeitos drásticos na selecção de atributos de alguns dos pares de opostos na lista de verificação) – Asch diferenciou entre traços “centrais”, que provocavam este efeito, e traços “periféricos”, que não provocam estas variações na selecção de traços; o *efeito de primazia* (a ordem de apresentação das palavras influencia a impressão de personalidade formada, os primeiros itens “dirigem” o sentido da impressão); a *mudança de significado* (alguns atributos mudavam de significado consoante o contexto de outros atributos em que estavam inseridos); e a *natureza holística das impressões de personalidade* (a apresentação de dois conjuntos de traços como representando duas pessoas diferentes é, depois, dificilmente integrável numa só impressão). Todos estes efeitos foram interpretados por Asch como indicando que formar impressões de personalidade é como formar uma *Gestalt*, e que cada impressão de personalidade é um todo integrado que só assim faz sentido, diferente da mera adição das suas partes.

Anderson (1962, 1965) veio defender que formar uma impressão de personalidade não era como criar uma *Gestalt*, e que dependia de processos de integração de informação separada (ou seja, dos atributos apresentados), testando diversos modelos algébricos de adição e de média, para ver qual explicaria melhor os resultados. Mas nos seus estudos ele debruçou-se sobre como os participantes integravam informação repetida acerca de um julgamento avaliativo específico (por exemplo, *simpatia*) referente a uma pessoa, algo bastante diferente da formação de uma impressão global de personalidade a partir de poucos traços que Asch (1946) tinha estudado (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004; Hamilton et al., 1980). Além disso, esta abordagem estatística apresentou-se como implausível, pois assumia que as pessoas realizassem uma série de somas e médias para formar uma impressão (Van Overwalle, 2004). Assim, a abordagem de Anderson (1965) perdeu muito do interesse na sua aplicação à formação de impressões de personalidade, e muitos investigadores voltaram-se novamente para os resultados e as sugestões avançadas por Asch (1946), procurando explorar mais as bases de uma impressão de personalidade. Mais tarde, outros investigadores viriam a basear-se nas bases da teoria de integração da informação de Anderson (1968, 1981), principalmente no modelo de média ponderada, para desenvolver modelos conexionistas de formação de impressões de personalidade

(Kashima & Kerekes, 1994, citado por Kashima, Woolcock, & Kashima, 2000; Van Overwalle & Labiouse, 2004).

Wishner (1960) preocupou-se, principalmente, com o *efeito de centralidade* encontrado por Asch (1946). Mais especificamente, quis saber porque é que, no seu estudo, a troca de um traço pelo seu oposto (*caloroso* por *frio*, por exemplo), numa mesma lista de apresentação, tinha tão grandes resultados nalguns dos pares de atributos da lista de verificação, e porque é que noutros casos (na troca de *delicado* por *rude*, por exemplo) não se verificava este efeito (resultados replicados, por exemplo, por Mensh & Wishner, 1947). Como saber, a priori, que traços seriam centrais e que traços seriam periféricos? Tentando afastar-se da concepção intuitiva e gestáltica de Asch (1946), Wishner (1960) propôs analisar as impressões de personalidade em termos da formação de conceitos em vez de segundo linhas perceptivas, e lançou uma questão-chave: “que efeitos têm a quantidade e os tipos de informação fornecidos a um *S* sobre o conceito formado” (Wishner, 1960, pg. 97). Baseando-se na hipótese de que nos estudos de Asch (1946) os *ratings* na lista de verificação eram função das intercorrelações existentes entre os traços da lista-estímulo e os da lista de verificação, colocou-se como necessário calcular essas intercorrelações. A conclusão a que Wishner (1960) chegou foi que um traço será central para aqueles traços com que está correlacionado e periférico para os traços com que não está correlacionado, dependendo essa centralidade dos seus contextos da apresentação e da posterior verificação de traços relacionados. É de notar que a explicação avançada por Wishner, em termos de correlações percebidas entre traços, não implica nenhum tipo de representação mental específica das impressões de personalidade, e que ele a apresentou como contrariando as assunções gestálticas da formação de impressões propostas por Asch (1946).

Com o objectivo de esclarecer como é que os diferentes traços de personalidade se interrelacionavam e de determinar a estrutura multidimensional das impressões de personalidade, Rosenberg e colaboradores (1968) recorreram ao escalonamento multidimensional¹ (*multidimensional scaling*; Kruskal, 1964, citado por Rosenberg et al., 1968). O objectivo desta técnica é obter uma representação geométrica dos traços que nos permita, facilmente, ter uma ideia visual de como eles se inter-relacionam.

¹ Esta técnica, aplicada a este estudo, inicia-se com a selecção de um amplo conjunto de traços, e posteriormente é calculada uma medida de co-ocorrência para cada par de traços. O conjunto destas medidas, quando inserido no programa de escalonamento multidimensional, permite obter uma representação euclidiana dos traços, onde a distância entre itens reflecte a medida de associação ou de semelhança psicológica. O número de dimensões deve ser o suficiente e necessário para explicar parcimoniosamente as complexas relações envolvidas (ver Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004).

Rosenberg e colaboradores (1968) pediram aos participantes que aglomerassem em conjuntos os traços que consideravam que tendiam a co-ocorrer numa mesma pessoa. Depois de inserirem os dados no programa de escalonamento multidimensional, obtiveram um conjunto de representações bi e tridimensionais, dos quais a que melhor se viu corroborada por investigações posteriores foi o que representava um espaço bidimensional de “desejabilidade social” e “desejabilidade intelectual” (Fiske, Cuddy, Glick, & Xu, 2002; Friendly & Glucksberg, 1970; Hamilton & Fallot, 1974; Hamilton et al., 1980; Rosenberg et al., 1968; ver Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004), dimensões estas praticamente ortogonais. Rosenberg e colaboradores (1968) verificaram que os traços-estímulo comuns às listas *caloroso* e *frio* de Asch (1946) estão posicionados no quadrante intelectual positivo, enquanto que os traços “caloroso” e “frio” estão posicionados nos quadrantes social positivo e social negativo, respectivamente. Por outro lado, os autores verificaram ainda que os traços da lista de verificação afectados pela substituição de “caloroso” e “frio” estavam todos posicionados nos extremos da dimensão social. Daqui podemos concluir que a centralidade de um traço, avançada por Asch (1946), se deve bastante à quantidade de informação disponível aos participantes sobre a dimensão desse traço, e essa “centralidade” poderá ser melhor entendida como o grau de influência desse traço na impressão global, consoante o conjunto de outros traços, dependendo da informação disponível sobre as diferentes dimensões, ou sobre outros traços com que um dado traço é percebido como estando correlacionado (Rosenberg et al., 1968; Wishner, 1960).

A esta concepção leiga universal sobre a forma como os traços interagem em cada pessoa chamou-se “teoria implícita da personalidade” (Bruner & Tagiuri, 1954, citado por Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004). Esta “teoria”, basicamente, subjaz à ideia de que os processadores de informação social assumem relações inferenciais entre atributos das pessoas (Schneider, 1973); ou seja, se um alvo possui o traço χ , criamos a expectativa de que ele tenha também o traço γ (pois, de alguma forma, percebemos estes traços como co-ocorrendo na mesma pessoa).

2. A representação clássica das teorias implícitas da personalidade

De forma mais ou menos explícita, as propostas avançadas pela maioria dos investigadores em impressões de personalidade sobre qual o tipo de representação em memória das teorias implícitas da personalidade andaram em redor, e até à data parecem não se ter afastado, da ideia de esquema originalmente proposta por Bartlett (1932, citado por Hastie & Kumar, 1979; Hamilton et al., 1980; Markus, 1977; Snyder & Uranowitz, 1978; para excepções ver, por exemplo, Anderson, 1965), e de variações menores, ou concretizações, dessa ideia – temas (Sulin & Dooling, 1974; Wittenbrink et al., 1997) ou protótipos (Cantor & Mischel, 1977; Schneider & Blankmeyer, 1983). Mais recentemente, investigadores na área da formação de impressões de personalidade têm mostrado um interesse renovado numa das representações bidimensionais obtidas por Rosenberg e colaboradores (1968; “desejabilidade social” e “desejabilidade intelectual”), parecendo propor que essa representação existe, de facto, na nossa memória enquanto espaço semântico bidimensional, e que o processo de formação de impressões passa por posicionar a pessoa-alvo nesse espaço/estrutura (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004; Garcia-Marques et al., 2006a). Um vasto conjunto de outras investigações recentes, sem proporem o posicionamento de alvos nesse espaço semântico, propõem no entanto a existência universal de duas dimensões semânticas que subjazem à classificação de pessoas e grupos sociais (*e.g.*, Cuddy, Fiske, & Glick, 2004, 2007; Fiske, Cuddy, & Glick, 2007; Judd, James-Hawkins, Yzerbyt, e Kashima, 2005), dimensões essas muito semelhantes às propostas por Rosenberg e colaboradores (1968).

Passini e Norman (1966), propondo que as pessoas possuem uma concepção universal da estrutura de personalidade (que seria a teoria implícita da personalidade), não especificaram, contudo, que forma tomaria essa estrutura. No entanto, avançaram que as pessoas parecem acreditar que certos agrupamentos (*clusters*) de atributos tendem invariavelmente a co-ocorrer nas pessoas.

Hamilton e colaboradores (1980) preocuparam-se concretamente com a forma que as representações mentais das impressões de personalidade e das “teorias implícitas da personalidade” poderiam tomar. Assim, partindo da hipótese de que as pessoas numa condição de formação de impressão de personalidade recordariam melhor a informação apresentada do que participantes numa condição de memória, apresentaram uma lista de comportamentos aos participantes de ambas as condições. Os resultados mostraram, em

recordação livre, que havia uma melhor recuperação da informação apresentada na condição de formação de impressões do que na condição de memória. Além disso, através de uma análise de agrupamento (*clustering analysis*) efectuada sobre as listas de recordação livre dos participantes, os autores concluíram que estes haviam organizado a informação apresentada desordenadamente em categorias, ou esquemas de pessoas, que lhes eram salientes (partindo dos resultados da recordação livre). Destes resultados, os autores propuseram que as impressões de personalidade são baseadas em esquemas representativos de diferentes tipos de pessoas, e que, ao formarmos impressões, seleccionamos a informação mais importante consoante o esquema (pois nem toda a informação pode ser armazenada). Além disso, esta estrutura esquemática (a que desde há vários anos se vem chamando “teoria implícita da personalidade”; Schneider, 1973) acaba por guiar o processamento de toda a informação relevante, e a estrutura é constituída por diferentes esquemas, ou categorias cognitivas. Esta organização é, segundo os autores (Hamilton et al., 1980), o que permite a emergência das impressões de personalidade coerentes que Asch (1946) obteve, e a elevada inferência de traços não apresentados a partir daqueles apresentados, de modo a preencher lacunas de informação (Taylor & Crocker, 1981, citado por Hamilton et al., 1980).

Sulin e Dooling (1974) partiram de alguns pressupostos da teoria de esquema de Bartlett (1932, citado por Sulin & Dooling, 1974) e estudaram, utilizando testes de reconhecimento, os erros de memória resultantes da extracção e armazenamento do tema de um excerto de informação social. Nomeadamente, os autores obtiveram uma intrusão sistemática de informação consistente com o tema (significado central) do excerto inicialmente apresentado, a que chamaram falsos reconhecimentos temáticos, sugerindo que a informação é armazenada em memória sob a forma de tema, e que o posterior uso desta representação cognitiva abstracta para recordar informação aumenta com o passar do tempo.

Cantor e Mischel (1977) estudaram a existência de traços como protótipos (ou esquemas conceptuais normativos) que, quando activados, organizam a informação percebida. Os autores focaram a relação destes protótipos de personalidade com os protótipos visuais (Posner & Keele, 1968, 1970) ou com guiões (*scripts*) de experiências do quotidiano (Minsky, 1975, citado por Cantor & Mischel, 1977). Os seus resultados mostraram um enviesamento no reconhecimento de itens relacionados conceptualmente com um protótipo abstraído a partir da informação apresentada, mas que nunca haviam sido apresentados. Estes resultados levaram-nos a propor que a

informação de personalidade era organizada numa rede prototípica, constituída por traços-protótipo que, por sua vez, são compostos, entre outra informação, por uma lista de traços mais específicos considerados altamente relacionados com um rótulo que os une. Estes traços-protótipo teriam uma diferença relativamente aos protótipos de categorias artificiais (Posner & Keele, 1968), que era o facto de armazenarem também informação mais específica (mas que, igualmente, é recordada, inferida e/ou utilizada sempre como uma unidade), e não apenas informação sobre tendência central. Uma das bases para estes protótipos seria, segundo os autores (Cantor & Mischel, 1977), a necessidade de economia cognitiva, que geraria “mecanismos de redução da informação”.

Schneider e Blankmeyer (1983), baseando-se no modelo de protótipo de Cantor e Mischel (1977), propõem que os protótipos-traço são a base das teorias implícitas da personalidade e que, quando activados, direccionam a atenção, afectam a memória e inferem informação não apresentada, tendo como consequência, segundo os autores, a estabilidade da relação entre traços, comportamentos e outra informação.

Recentemente, numa breve revisão sobre teorias implícitas na sua generalidade (e não apenas da personalidade), Hong, Levy e Chiu (2001) sublinham a importância das teorias implícitas na estabilidade cognitiva que permite às pessoas facilmente interpretarem e inferirem sobre o mundo (para teorias implícitas sobre grupos sociais ver Lickel, Hamilton, & Sherman, 2001). Os mesmos autores subscrevem a definição de teoria implícita de Morris, Menons e Ames (2001, citado por Hong et al., 2001), de que uma teoria implícita é uma representação abstracta de conhecimento, constituída por um conjunto de proposições organizadas que descrevem aspectos regulares de eventos ou objectos referentes a essa teoria. Também Levy, Plaks, Hong, Chiu e Dweck (2001) afirmam que as teorias implícitas “impõem limites psicológicos significativos na infinita variedade de interpretações de um estímulo ou evento particular” (p. 156), o que vai, novamente, ao encontro da ideia de representação abstracta e sumária de um mundo complexo.

Garcia-Marques e Garcia-Marques (2004) propõem que formar uma impressão de personalidade passa por posicionar a pessoa-alvo no espaço bidimensional (“desejabilidade social” e “desejabilidade intelectual”) obtido por Rosenberg e colaboradores (1968), sugerindo que esta representação geométrica, que tinha como objectivo facilitar a nossa compreensão da relação entre traços, possa ser uma estrutura semântica que, de facto, existe na nossa memória. Esta ideia está também subjacente em

Garcia-Marques e colaboradores (2006a), e parece ser partilhada por outros autores (*e.g.*, Fiske et al., 2002).

Garcia-Marques e colaboradores (2006a) estudaram as falsas memórias no paradigma DRM (Deese, 1959; Roediger & McDermott, 1995), aplicadas às teorias implícitas da personalidade, numa situação de formação de impressões. Desta forma, propuseram a geração de falsas memórias como consequência de um processo inferencial activo resultante da “colocação” da pessoa-alvo no espaço bidimensional de Rosenberg e colaboradores (1968). Ou seja, para além das falsas memórias associativas “normais” geradas no paradigma DRM (Gallo & Roediger, 2002; Roediger & McDermott, 1995), uma instrução de formação de impressões faz com que um outro tipo de falsas memórias apareça: aquilo a que Garcia-Marques e colaboradores (2006a) chamaram de “falsas memórias distintivas”. Ou seja, falsas memórias geradas a partir da apresentação de um único traço de personalidade, que são dificilmente explicadas pela abordagem da “activação-monitorização” (que depende da acumulação da activação num item não apresentado, a partir de vários itens apresentados, e posterior falha na monitorização da fonte da activação) predominante nas explicações das falsas memórias (Gallo, Roediger, & McDermott, 2001; Roediger, Ballota, & Watson, 2001; Roediger & Gallo, 2004; para uma comparação das diferentes abordagens explicativas do efeito de falsas memórias, ver Roediger, McDermott, & Robinson, 1998). Garcia-Marques e colaboradores (2006a) propõem que as “falsas memórias distintivas” são indicativas de que, numa condição de formação de impressões, os participantes “colocam” a pessoa-alvo no espaço bidimensional de Rosenberg e colaboradores (1968), e essa colocação provoca processos activos altamente inferenciais de informação em falta a partir da (pouca) informação disponível, com o fim de se criar uma impressão de personalidade coerente e o mais completa possível. Essa activação durante a fase de aprendizagem faz com que, posteriormente, na fase de teste, os participantes recordem falsamente a apresentação dessa informação. Embora os autores (Garcia-Marques et al., 2006) nunca se refiram a “esquemas”, parece-me que esta colocação nesse “espaço semântico bidimensional” é semelhante à assimilação de informação na estrutura esquemática das teorias implícitas da personalidade avançada por Hamilton e colaboradores (1980), e comuns às estruturas esquemáticas (que irei descrever no ponto sobre as visões abstraccionistas).

Como Schneider e Blankmeyer (1983) notam, a investigação sobre a teoria implícita da personalidade parece focar, ainda que implicitamente, as relações estáticas e

aparentemente estáveis entre os traços. Desde a busca de informação até à sua recordação, passando pela sua interpretação, armazenamento e inferências provocadas, os investigadores parecem assumir uma estabilidade e insensibilidade ao contexto das impressões de personalidade formadas que, na verdade, penso nunca ter sido explicitamente estudada.

Com isto não pretendo dizer que esta visão de espaço semântico defende, pelo menos explicitamente, a estabilidade e insensibilidade ao contexto das impressões de personalidade. O problema será que, por um lado, o não estudo explícito da questão da instabilidade nestas representações mentais, e, por outro, a assunção de que possuímos determinadas estruturas esquemáticas que guiam as nossas impressões de personalidade, podem sugerir implicitamente uma série de características gerais características das visões esquemáticas, incluindo a inflexibilidade dos conceitos. E estas sugestões implícitas podem continuar a guiar, explicitamente, as nossas visões sobre estas e outras representações mentais. Da mesma forma que Fiske (1993, citado por Wittenbrink et al., 1997) assumiu os estereótipos como assemelhando-se a entidades do tipo gestáltico, que são activadas ou não, as “teorias implícitas da personalidade”, e as impressões de personalidade nelas baseadas, parecem continuar hoje a ser assumidas como tal (com as contribuições teóricas e empíricas que a Psicologia Cognitiva e a Cognição Social, particularmente a área de memória de pessoas, entretanto forneceram, obviamente; ver Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004).

Isto conduz-nos à questão sobre qual o tipo de representação mental possivelmente subjacente às impressões de personalidade e às chamadas “teorias implícitas da personalidade”, e de quais as suas consequências relativamente à instabilidade e sensibilidade ao contexto.

Pela sua semelhança de natureza conceptual com outras representações, pela ausência de estudos sobre a estabilidade das teorias implícitas da personalidade, e porque essa estabilidade tem vindo a ser questionada em diversas outras áreas de investigação, como nos estudos sobre categorias sociais (*e.g.*, Garcia-Marques et al., 2006), categorias não-sociais (*e.g.*, Barsalou, Spindler, Sewell, Ballato, & Gendel, 1987, citado por Barsalou, 1989), atitudes (Wilson & Hodges, 1992, citado por Smith, 1998; ver Kunda & Thagard, 1996), ou *self* (Markus & Wurf, 1987, citado por Smith, 1998), faz sentido apresentar as características gerais associadas às visões abstraccionistas da representação mental, assim como algumas alternativas teóricas.

3. Abordagem das representações abstractas

Vimos como, até hoje, a generalidade dos investigadores de percepção de pessoas, mais concretamente, de impressões de personalidade, pareceram adoptar uma visão das representações dessas impressões que se baseia em teorias implícitas, esquemas, protótipos ou temas. Embora possam existir diferenças menores entre estas diferentes estruturas (por exemplo, em termos de serem estruturas internamente organizadas ou estruturas que aglomeram características típicas; de serem estruturas que, aglomerando características típicas, se limitam a uma tendência central ou, por outro lado, têm um conjunto unificado de informação diversa comumente relacionada – que, parece-me, poderá ser visto como um conjunto de várias tendências centrais; etc. ...), serão todas aqui analisadas nesta secção sobre abstracção de “esquemas”, porque nasceram e desenvolveram-se a partir da teoria de esquema de Bartlett (1932, citado por Hastie & Kumar, 1979; para uma revisão ver Higgins & Bargh, 1987), e porque partilham características fundamentais básicas que as unem; todas elas são estruturas genéricas e abstractas que representam em memória o conhecimento sobre uma dada categoria ou conceito, e que quando activadas guiam o processamento e inferência de informação de uma forma que se supõe relativamente ou bastante estável (ver Smith, 1998). Se assim não for, não fazem sentido, pois algumas das razões básicas para a existência de abstracções são a necessidade de poupança cognitiva e de manutenção da estabilidade cognitiva, face a um mundo com inúmeros estímulos.

Os modelos abstraccionistas partem, portanto, de dois pressupostos base: a necessidade de estabilidade cognitiva e a escassez de recursos cognitivos do processador de informação (ver Garcia-Marques, 1998; Garcia-Marques et al., 2006b).

Araya (2003), referindo-se à visão abstraccionista dos estereótipos, diz-nos que

nos modelos abstraccionistas da representação de estereótipos, desenvolve-se uma concepção geral ou um sumário abstracto dos caracteres de um grupo social à medida que se obtém informação comportamental sobre esse grupo. [...] o conhecimento sobre esse grupo aumenta e uma subsequente representação grupal abstracta é formada e armazenada para uso futuro. Segundo este modelo, uma vez uma pessoa ter sido categorizada, o estereótipo de grupo é activado e usado na formação de uma impressão dessa pessoa. (Araya, 2003, p. 10)

Penso que a visão esquemática, ou prototípica, das impressões de personalidade (*e.g.*, Cantor & Mischel, 1977; Hamilton et al., 1980), tem semelhanças com a visão esquemática dos estereótipos de grupos sociais (ver, por exemplo, Hamilton & Sherman, 1994), aproximando os dois conceitos. Ambas postulam a abstracção e armazenamento preferencial de informação social regular e relativamente invariante, e o posterior uso do conjunto total dessa informação para interpretar e inferir nova informação relevante sobre um alvo.

Como Schneider (1973) aponta, os estereótipos sociais podem ser vistos como um tipo de teoria implícita da personalidade; uma diferença que me parece saltar à vista, e que Schneider não refere, é que um estereótipo social é classicamente visto como podendo ser um conjunto abstraído de atributos diversos (traços de personalidade e não só) associados a um alvo, enquanto que uma impressão de personalidade é, naturalmente, unicamente um conjunto de traços de personalidade associados a um alvo (que, obviamente, podem existir juntamente com outros tipos de atributos para caracterizar uma pessoa na totalidade). Isto leva-me a afirmar que, segundo os modelos esquemáticos, um estereótipo social é um conjunto de ideias abstraídas que são percebidas como típicas, ou regulares, sobre um grupo social (Hamilton & Sherman, 1994), e uma impressão de personalidade será algo semelhante, mas sobre uma única pessoa (Hamilton et al., 1980), ou sobre um “tipo de pessoas” (as taxonomias de Cantor, Mischel, & Schwartz, 1982); qual a diferença entre um “grupo social” e um “tipo de pessoas” torna-se particularmente difícil de descobrir. Não me parece descabido supor que, segundo esta visão, na ausência de informação mais específica, uma pessoa-alvo seria simplesmente categorizada como “pessoa”, ou “pessoa normal” (“categorias” para as quais temos as nossas teorias implícitas da personalidade gerais), e que possui um dado traço concreto que, gerando expectativas baseadas nas estruturas de conhecimento que temos, nos permite inferir outros.

Segundo estes modelos, a suposta estabilidade cognitiva, e a poupança dos recursos cognitivos, só pode resultar de uma simplificação radical do *input* (*e.g.*, Cantor & Mischel, 1977; Fiske, 1980), o que tem como consequência lógica que o processador de informação abstrai informação genérica e relativamente regular a partir de instâncias particulares, e armazena-a (Posner & Keele, 1968). Posteriormente, a activação por parte de um estímulo dessa informação abstraída (teoria, esquema, protótipo, tema, *script*, etc. ...), influencia e guia a selecção, interpretação, recuperação e inferência de informação relevante (*e.g.*, Posner & Keele, 1970). Posner e Keele (1968, 1979)

descobriram que os participantes de tarefas de categorização, partindo de experiência directa com exemplares de uma categoria, posteriormente respondiam melhor ao protótipo do que aos exemplares apresentados, mesmo sem nunca terem tido qualquer contacto com o protótipo. Este efeito de protótipo levou os investigadores a assumir que a memória estava organizada em termos de representações que abstraem a tendência central (por exemplo, a média ou a moda) dos estímulos específicos e a armazena, sendo que a especificidade se torna praticamente irrelevante.

Estas representações cognitivas abstractas seriam inflexíveis e insensíveis ao contexto (Araya, 2003; Garcia-Marques, 1998; Santos, 2007; Smith, 1998), ou estáveis e descontextualizadas (Barsalou, 2003). Garcia-Marques (1998) apresenta quatro consequências dos pressupostos de estabilidade e escassez de recursos apresentados pelo abstraccionismo duradouro: apenas informação relevante do *input* é seleccionada, “dirigida-pelo-conceito” (*conceptually-driven*; e.g., Hamilton et al., 1980); a recuperação de episódios a partir da memória é reconstrutiva (e.g., Sulin & Dooling, 1974); os estímulos ou episódios específicos têm um papel mínimo nos processos cognitivos, e só até uma estrutura de conhecimento relevante estar desenvolvida (e.g., Cantor & Mischel, 1977); o processador de informação tem uma estrutura cognitiva estável, largamente imune a influências do contexto (e.g., Schneider & Blankmeyer, 1983).

Para os modelos abstraccionistas, a possível (mas encarada como excepcional) variabilidade intra-individual indica a troca de uma representação duradoura por outra representação duradoura, representações essas que se apresentam em conflito (Garcia-Marques, 1998; e.g., Devine, 1989). Por exemplo, Levy e colaboradores (2001) apresentam dois tipos de teorias implícitas que as pessoas no geral podem adoptar: uma teoria “fixa” e uma teoria “dinâmica”. Embora lhes atribuam essas denominações, parece-me que ambas podem ser consideradas teorias fixas, existentes *a priori*, em conflito uma com a outra, em que cada uma envolve sistematicamente um tipo de processamento da informação que lhe é característico, e cada uma delas só pode ser substituída pela outra.

O processo de automatização de certas respostas cognitivas na presença de certos estímulos, invariáveis independentemente da situação ou contexto, parece ser a face de um abstraccionismo duradouro dos tempos modernos (Higgins & Bargh, 1987; ver Garcia-Marques, 1998). O postular da inevitabilidade das respostas automáticas (Bargh, 1994, 1999) ocorre numa altura em que uma série de evidências empíricas puseram em

causa o abstraccionismo duradouro na Psicologia Cognitiva (*e.g.*, Medin & Schaffer, 1978; Whittlesea, 1987; Barsalou, 1987; Barsalou, 2003), e em que começam a acumular-se estudos que o põem em causa na Cognição Social (Garcia-Marques & Mackie, 1999; Garcia-Marques et al., 2006b; Higgins & Stangor, 1988; Santos, 2001, 2007; Smith & Zárate, 1992; Smith & DeCoster, 1998). Blair (2002) faz uma revisão de estudos sobre a maleabilidade e possibilidade de controlo dos estereótipos, preconceitos e atitudes automáticos, onde apresenta cinco tipos de variáveis que têm mostrado empiricamente moderar/impedir a sua suposta inevitabilidade: motivações pessoais e sociais, estratégias específicas para contrariar os estereótipos, foco da atenção, configuração das pistas-estímulo e características dos exemplares da categoria (ver também Smith & Semin, 2007). A autora (Blair, 2002) conclui que, face às evidências, qualquer modelo de processamento de informação social deve atender à variabilidade com que os estereótipos e as atitudes podem ser representados, e que os modelos exemplaristas e connexionistas se apresentam como os que mais elegantemente assimilam a variabilidade e sensibilidade destes conceitos ao contexto. É de notar que esta maleabilidade acontece mesmo em medidas implícitas de estereótipos e atitudes.

Desta breve revisão sobre os pressupostos e características gerais abstraccionistas, podemos retirar algumas ideias especialmente importantes para este trabalho: se um esquema, ou teoria implícita, tem supostamente como função primordial assegurar a estabilidade cognitiva, mantendo-se largamente imune à interferência do contexto, se é activado “tudo-ou-nada”, como uma unidade (Smith, 1998) e se, quando activado, guia o processo de inferência de informação relevante em falta (Garcia-Marques, 2006a; Hamilton et al., 1980; Smith, 1980), então é de supor que, na presença de informação que active num indivíduo uma dada teoria implícita da personalidade, a informação que é inferida num dado momento (T0) será, pelo menos em grande parte, a mesma que é inferida num outro momento (T1), mesmo que o contexto varie. Esta ideia será testada neste trabalho.

Estas são as características básicas que se podem notar na abordagem abstraccionista às representações mentais, e que são partilhadas pela actual visão sobre as teorias implícitas da personalidade. No próximo ponto irei referir alguns estudos que, empiricamente, puseram em causa essas características e, portanto, a própria abordagem abstraccionista e que, dessa forma, são também relevantes para a literatura de teorias implícitas da personalidade, em particular no que diz respeito à sua suposta inflexibilidade.

3.1. Alguns problemas colocados aos modelos abstraccionistas

Vimos como, segundo os pressupostos abstraccionistas, seria de esperar que instâncias específicas não afectassem grandemente a representação mental, assim como seria de esperar uma elevada estabilidade dos conceitos e a sua insensibilidade ao contexto; mas uma série de evidências empíricas contrariam estas assunções.

As pessoas são influenciadas, usam e recuperam mais informação, e mais específica, do que seria de prever segundo os modelos abstraccionistas (Garcia-Marques, 1998; Smith, 1998). A evidência empírica que se foi acumulando que põs em causa a visão abstraccionista é imensa: a alteração da percepção de variabilidade intra-grupal consoante a familiaridade com o grupo (Linville, Fischer, & Salovey, 1989), o aumento da percepção de variabilidade intra-grupal mediante apresentação de informação sobre membros grupais incongruente com o estereótipo (Garcia-Marques & Mackie, 1999), o uso da co-variação de atributos (Medin, Altom, Edelson, & Freko, 1982), a influência da variabilidade dos exemplares na aprendizagem de categoria (Nisbett, Krantz, Jepson, & Kunda, 1983), a perícia e a automaticidade baseadas na recuperação de instâncias de memória (Logan, 1988), a variação de julgamentos de tipicidade consoante o contexto linguístico (Roth & Shoben, 1983, citado por Barsalou, 1987), a maior facilidade da percepção de estímulos dependendo da semelhança destes com outros previamente aprendidos, e não da sua tipicidade (Whittlesea, 1987) e a possibilidade da “abstracção de um esquema” on-line, por recuperação de exemplares armazenados consoante a semelhança com a pista de recuperação (Hintzman, 1986), são algumas das evidências que contrariam o abstraccionismo, ou que o tornam desnecessário.

Além destes, um outro conjunto de estudos que se debruçaram sobre a instabilidade intra-individual dos conceitos e categorias naturais, em dois momentos diferentes (*e.g.*, Barsalou, 1987, 1989; Barsalou, Spindler, Sewell, Ballato, & Gendel, 1987, citado por Santos, 2007; Bellezza, 1984a, 1984b, 1984c, citados por Santos, 2007; McCloskey & Glucksberg, 1978) focaram a instabilidade e sensibilidade dos conceitos ao contexto, contrariamente à estabilidade assumida pelos modelos abstraccionistas. Por exemplo, Barsalou e colaboradores (1987, citado por Santos, 2007; ver também Barsalou, 1989), estudando a correlação entre definições de categorias em dois momentos, no mesmo indivíduo, observaram que a sobreposição era de apenas cerca de .50. McCloskey e Glucksberg (1978) mostraram que o mesmo indivíduo, em dois momentos diferentes, faziam diferentes julgamentos de pertença a categoria para a mesma instância. Fehr e

Russell (1984, estudo 3, citado por Barsalou, 1989) obtiveram um acordo intra-indivíduo de .55 na tipicidade de termos emocionais. Barsalou e Sewell (1984, citado por Barsalou 1989) demonstraram que a mudança do “ponto de vista” influencia os julgamentos de tipicidade para a mesma categoria. Em relação a estudos com categorias sociais, Garcia-Marques e colaboradoras (2006b) e Santos (2007) obtiveram também, em estudos teste-reteste longitudinais, uma sobreposição de apenas cerca de .50 nos estereótipos compilados, sendo que também a instabilidade dos traços considerados mais importantes para determinada categoria aumentava em condições de contextos diferentes de uma sessão para a outra (Garcia-Marques et al., 2006b, estudo 4; Santos, 2007, estudo 1).

Estes dados, que se foram acumulando vindos de diferentes literaturas e com diferentes paradigmas, puseram em causa a existência e uso de abstracções, pois os resultados indicavam que informação específica influenciava, de facto, o desempenho e o resultado nas tarefas, assim como evidenciavam que diferentes contextos e/ou diferentes momentos de teste originavam variações significativas nesses resultados. Tudo isto indicava que, mesmo que existissem abstracções, o desempenho em todas estas tarefas estava a ser baseado noutros tipos de representação mental, ou em processos que actuam sobre as abstracções (ver Barsalou, 1999), que fossem capazes de explicar naturalmente esta influência de informação específica e a instabilidade dos conceitos num sistema conceptual que mostra ser bastante sensível a informação específica, como falaremos nas duas próximas secções.

É importante salientar a pertinência desta literatura para as teorias implícitas da personalidade e para o tema deste trabalho, nomeadamente no que concerne às previsões sobre estabilidade e impermeabilidade ao contexto que a actual formulação das teorias implícitas parece assumir.

4. Modelos exemplaristas de recuperação parcial

Estes problemas que vieram pôr em causa os modelos abstraccionistas puros requeriam modelos que postulassem outros tipos de representações cognitivas. Um conjunto desses modelos propuseram representações exemplaristas dos eventos e estímulos sociais ou não-sociais (*e.g.*, Barsalou, 1987; Hintzman, 1986; Kahneman & Miller, 1986; Nosofsky & Palmeri, 1997; Medin & Schaffer, 1978; Smith & Zárte, 1992).

Os modelos exemplaristas vieram dar importância teórica aos efeitos do contexto (Medin & Schaffer, 1978), efeitos esses que eram vistos e descartados como simples problemas de desenho experimental (ver Garcia-Marques, 1998; Smith, 1998; Smith & Semin, 2007), um pouco como no tempo anterior a Asch (1946), em que as inferências ocorridas na formação de impressões eram consideradas enviesamentos ou erros lógicos sem interesse próprio (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2004).

Como Garcia-Marques (1998) nota, estes modelos focam o processamento de estímulos específicos em contextos específicos (*e.g.*, Barsalou, 1987) com processos específicos. Ou seja, um exemplar é constituído não pelas “características objectivas”, ou inerentes, do estímulo codificado, mas pelas propriedades desse estímulo tal como foram percebidas e processadas (Smith, 1998; relativamente ao princípio de *transfer appropriate processing*, ver Morris, Bransford, & Franks, 1977, citado por Smith, 1998; ver também Roediger, 1990).

Se há modelos exemplaristas que, por postularem que a pista de recuperação activa todos os exemplares em memória (Medin & Schaffer, 1978), acabam por perder grande parte da instabilidade dos conceitos e importância de cada exemplar após terem armazenado uma grande quantidade de exemplares (ver Barsalou, 1990), muitos deles postulam que apenas um sub-conjunto de exemplares são activados pelas pistas de recuperação, dando origem a um mecanismo de recuperação parcial dirigido pela semelhança com a pista (*e.g.*, Barsalou, 1987; Nosofsky & Palmeri, 1997; Kahneman & Miller, 1986; Smith & Zárte, 1992).

Estes modelos exemplaristas de recuperação parcial partilham uma série de características fundamentais. Como sumariado por Smith (1998): as representações exemplares contêm informação (muitas vezes detalhada) sobre estímulos ou eventos específicos, tal como foram percebidos; pistas de recuperação compósitas (pistas constituídas pela “pista-alvo” e características da situação; *e.g.*, Hintzman, 1986)

activam exemplares em paralelo, consoante a semelhança com a pista; o processamento de um novo estímulo dá-se por comparação em paralelo com muitos exemplares activados; a massa de exemplares activos influencia pré-conscientemente, tal como um esquema, a interpretação, a atenção, a recuperação e a inferência de informação; os conceitos são flexíveis e sensíveis ao contexto, pois diferentes sub-conjuntos de exemplares podem ser activados por diferentes pistas compósitas, o que origina a construção *on-line* de conceitos diferentes “para um mesmo conceito”, em contexto diferentes.

Barsalou (1987) revê uma série de evidências empíricas relativas à instabilidade e sensibilidade ao contexto da estrutura gradativa de categorias comuns, e propõe uma teoria da construção de conceitos, em que reformula o conceito de “conceito”. Assim, ao invés de um conceito ser visto como uma entidade fixa existente em memória que pode ser recuperada intacta, Barsalou defende que é mais correcto ver os conceitos como construções temporárias na memória de trabalho, derivadas de um processo altamente flexível que recupera, da memória a longo prazo, informação genérica e episódica. É de notar que esta informação genérica se comporta exactamente como a informação episódica, ao contrário de alguns modelos de representação mistos que dão centralidade teórica à informação abstracta e que consideram que ela tem prioridade na recuperação e uso relativamente à informação específica (*e.g.*, Babey, Queller, & Klein, 1998; Hastie & Park, 1986). Porque o processo de construção dos conceitos é altamente influenciado pelos objectivos, contexto e experiência recente do processador de informação, raramente um indivíduo construirá o mesmo conceito para a mesma categoria em dois momentos distintos.

Kahneman e Miller (1986) obtiveram resultados que indicam que as pessoas avaliam objectos (outras pessoas ou eventos) num contexto de alternativas relevantes, por comparação – teoria da norma. As pessoas armazenam exemplares em memória, exemplares esses que podem ser representações de pessoas ou de experiências, por exemplo; depois, uma dada experiência-estímulo activa exemplares (outras experiências) semelhantes em memória, ou constrói alternativas relevantes *on-line*; estas experiências servem de “norma”, ou *standard*, construída *a posteriori* do estímulo, que serve de ponto de referência e comparação para o julgamento actual. Higgins e Stangor (1988) propõem algo semelhante, notando diferenças nas respostas provocadas por uma mudança de *standard* quando os contextos imediatos de um julgamento e de uma recuperação de memória são diferentes.

Nosofsky e Palmeri (1997) formularam um modelo que, partindo do pressuposto exemplarista de recuperação parcial de que um sub-conjunto de exemplares é activado em memória pela apresentação de uma pista de recuperação com que são semelhantes, especificaram como é que o processo de activação e influência desse sub-conjunto de exemplares pode ocorrer e influenciar os tempos de classificação perceptiva. Assim, segundo o modelo de “marcha aleatória baseada em exemplares” (*exemplar-based random walk* – EBRW), os autores propõem que todos os exemplares concorrem uns com os outros para serem recuperados na presença de uma pista, sendo que a força que vão tomando determina o grau de activação que assumem, sendo que essa força é dependente da semelhança com o item-teste. Exemplares semelhantes com a pista, mesmo que de diferentes categorias, são activados, e alimentam incrementalmente um processo de marcha aleatória, pois neste processo concorrente, uns exemplares podem “puxar num sentido” e outros exemplares podem “puxar para outro sentido”. Quando existe informação suficiente neste processo aleatório, inicia-se a resposta de categorização propriamente dita. Uma consequência fundamental que os autores avançam é que, quando itens-alvo são muito semelhantes a exemplares de uma categoria e diferentes de exemplares de outra categoria, as decisões de classificação devem ser rápidas, pois trata-se de uma marcha consistente num sentido. Esta rapidez pode explicar os processos de automatização a partir de instâncias (Logan, 1988) sem a necessidade de abstrações ou uso de esquemas.

Smith e Zárate (1992) propõem um modelo exemplarista de julgamento social, onde assumem que cada exemplar é uma representação cognitiva de uma pessoa. À medida que encontramos indivíduos no dia-a-dia armazenamos exemplares deles em memória, exemplares esses que contêm não apenas os atributos percebidos do indivíduo, como também as nossas inferências, atribuições e reacções e detalhes da situação. Posteriormente, quando nos é requerido um julgamento ou inferência acerca de uma pessoa-alvo num contexto específico, factores situacionais, sociais e motivacionais influenciam o nosso foco de atenção, dirigindo-o para diferentes características/dimensões do alvo; este foco de atenção determina, então, quais os exemplares activados por semelhança com o alvo, dado que o foco de atenção medeia a semelhança percebida entre alvo e exemplares; os exemplares activados servem, então, de base para o julgamento ou inferência sobre o alvo.

A escassez de recursos cognitivos, apresentada como uma das razões base para os modelos abstraccionistas, é acomodada com elegância pelos modelos exemplaristas.

Isto porque, ao adoptarem pressupostos de busca em paralelo e de ajustamento entre pista e exemplares, propostos pelos modelos globalistas de memória (*e.g.*, Hintzman, 1986; McClelland & Rumelhart, 1985; Ratcliff & McKoon, 1988), a busca em memória e a utilização de exemplares específicos consegue fazer-se sem um maior uso de recursos cognitivos, ao contrário dos processos de busca serial em memória seguindo ligações associativas entre nódulos (*e.g.*, Hastie & Kumar, 1979; Srull, 1981), que envolvem um maior esforço cognitivo.

Araya (2003), num resumo que faz sobre as representações exemplaristas de estereótipos, diz-nos que

“nas representações exemplaristas, os estereótipos não existem enquanto estruturas de conhecimento abstractas (Smith & Zárate, 1992). Eles são criados activando exemplares específicos de um grupo e sumariando as características destes exemplares. A categorização pode ocorrer comparando uma pessoa-alvo com outros exemplares recuperados de uma dada categoria social que sejam semelhantes com a pessoa.” (Araya, 2003, p.10)

Outros modelos mistos com uma abordagem dualista defendem a co-existência em memória de representações abstractas e de exemplares, tratando-se então de estudar as condições em que umas e outras têm preponderância no processamento (*e.g.*, ver Garcia-Marques & Mackie, 1999; Hamilton, 2005b; Hamilton & Sherman, 1994; Sherman, 1996). Embora este tipo de modelos assumam a possibilidade de instabilidade dos conceitos (se o que é usado num dado momento é a componente exemplar e não a componente abstracta; ver Garcia-Marques et al., 2006b), o meu interesse centrou-se em mostrar as características gerais que advêm desses dois tipos de representação (abstracta e exemplar), em modelos que se focam mais numa, ou mais noutra.

Passando concretamente para a área da formação de impressões de personalidade, partindo destes modelos exemplaristas podemos supor que uma dada “teoria implícita da personalidade” não é uma representação abstracta armazenada em memória (ver Medin, 1989), tal como vimos anteriormente, mas um conceito que é criado *on-line*, na presença de uma pessoa-alvo que, juntamente com o contexto, constitui uma pista compósita que activa um exemplar armazenado, ou um conjunto de exemplares, que são semelhantes com essa pista, e que, a partir daí, influenciam o processamento ou inferência de informação sobre essa pessoa-alvo. Assim, esta “teoria implícita da personalidade”, ou melhor, as expectativas que, num dado momento, o processador de

informação cria sobre os traços de personalidade referentes a uma pessoa específica num contexto específico, são naturalmente instáveis e sensíveis ao contexto, porque dependem dos exemplares activos nesse momento.

Alguns efeitos que são naturais dos modelos exemplaristas, como a inferência baseada em exemplares, podem ser explicados por modelos conexionistas, com a vantagem de estes levarem em conta a adequação da explicação teórica à estrutura fisiológica cerebral (Smith & DeCoster, 1998). No próximo ponto falarei, portanto, dos modelos conexionistas.

5. Modelos conexionistas de processamento distribuído em paralelo (PDP)

Uma outra maneira de entender a memória humana é, portanto, como uma rede de inúmeros nódulos simples densamente inter-ligados, que enviam instruções uns aos outros através das suas conexões (McClelland & Rumelhart, 1985; para uma revisão geral dos modelos, ver McClelland, 2000; Smith, 1998; para uma revisão orientada para a Psicologia Social, ver Smith, 1996). Estes sinais podem ser positivos (de excitação) ou negativos (de inibição), sendo que a activação total de cada nódulo em cada momento é derivada da soma das instruções recebidas de todos os outros nódulos e da força, ou peso, das suas ligações com esses nódulos. Estes modelos surgiram com o objectivo principal de aproximar a ciência cognitiva da nossa estrutura cerebral (uma densa rede de neurónios inter-ligados que constantemente enviam sinais uns aos outros), tornando os modelos de memória humana fisiologicamente mais plausíveis (McClelland & Rumelhart, 1985).

Para os modelos conexionistas de memória distribuída, as representações mentais são um padrão de activação de uma rede de nódulos inter-ligados que não têm significado individual (*e.g.*, Kashima & Kerekes, 1994, citado por Smith, 1998; Masson, 1995; McClelland & Rumelhart, 1985; Queller & Smith, 2002; Smith & DeCoster, 1998), ao contrário de outros modelos conexionistas que usam representações localistas, ou simbólicas (*e.g.*, Kunda & Thagard, 1996; Van Rooy, Van Overwalle, Vanhoomissen, Labiouse, & French, 2003; Van Overwalle & Labiouse, 2004), em que cada nódulo é referente a um símbolo conceptual (um evento, uma pessoa específica, uma cor, uma palavra, etc...) e as conexões representam as relações entre eles. Este armazenamento localizado da informação torna-os mais semelhantes a modelos exemplaristas (Hintzman, 1986), por exemplo, do que aos modelos de memória distribuída (ver McClelland & Rumelhart, 1985), em que a informação é representada de forma distribuída e sobreposta (dois ou mais estímulos são representados simultaneamente num padrão de activação que se estende por toda a rede e que pode usar os mesmos nódulos). Esta secção debruçar-se-á, portanto, sobre as propriedades gerais dos modelos de processamento distribuído em paralelo.

Assim, quando um evento/conceito/objecto é experienciado, ele gera um *input* de activação ao longo dos nódulos, criando um padrão de activação que representa o evento (McClelland, 2000). Esse padrão despoleta, então, instruções que os nódulos enviam entre si via conexões; essas instruções são posteriormente armazenadas nos

pesos das conexões inter-nódulos (que é a história de activação da rede, constituindo aquilo que se pode chamar de memória; McClelland & Rumelhart, 1985), influenciando a construção de posteriores padrões de activação.

Os padrões de activação em si não são armazenados, e portanto não podem ser recuperados (ver Garcia-Marques, et al., 2006b); o que é “armazenado” são as variações nos pesos das conexões, provocadas pelos padrões de activação (essas variações constituem os traços de memória dos eventos; McClelland & Rumelhart, 1985); isto tem como consequência que, na presença de uma pista “de recuperação”, a rede parte do padrão gerado pela pista, para completar esse padrão e gerar um *output* (uma recollecção, ou melhor, reconstrução de um padrão; McClelland, 2000). A variação lenta dos pesos das conexões impede que a rápida variação da activação de padrões de nódulos se transforme num comportamento caótico da rede (Garcia-Marques et al., 2006b).

Uma consequência importante deste tipo de representação é a sua natural sensibilidade ao contexto: se a rede está, ao mesmo tempo e nos mesmos nódulos, a representar não só a pista de activação, como uma série de outros “estímulos”, ou fontes de activação (particularidades da situação, humor actual do processador de informação, objectivos de processamento, contexto social, etc...; Smith, 1998), então a representação (o estado de activação) *output* é situada, influenciada pela “memória” da rede (os pesos das conexões) ajustada a uma pista mais todo o contexto em dado momento (ver Barsalou, 2003; Smith, 1996).

Além disso, uma diferença importante em relação aos modelos anteriores, que postulam que as representações em memória são estáveis (sendo que, no caso dos exemplaristas, existe instabilidade dos conceitos e sensibilidade ao contexto derivadas do processo de recuperação parcial de diferentes exemplares estáveis), no caso destes modelos conexionistas essa instabilidade existe nas representações em si. Esta instabilidade acontece porque representação e processamento não são dois processos distintos, uma representação só existe se a rede a estiver a processar (tudo advém do mesmo mecanismo de activação e influência recíproca dos nódulos), e a rede nunca regressa a um estado de activação igual a um momento anterior. As representações são altamente dinâmicas, pois representação e processo são um só (ver Barsalou, 2003; Smith, 1998). Estas redes conexionistas representam uma categoria como um espaço de representações semelhantes (ver Barsalou, 2003), e quando um *input* constitui um

padrão aproximado de padrões anteriormente “aprendidos”, a rede produz como *output* o padrão completo (ver Smith, 1998).

As representações de eventos ou objectos semelhantes são padrões de activação semelhantes (ver Barsalou, 2003). Na presença de um *input* que active um padrão semelhante, ou que é parte, de um padrão aprendido, a rede completa esse padrão global através dos fluxos de activação (Queller & Smith, 2002). Desta forma, a informação anterior aprendida pela rede (o nosso conhecimento) é utilizada no processamento de informação nova, função que nos modelos abstraccionistas é atribuída aos esquemas existentes em memória (Smith, 1998). Por exemplo, ao encontrarmos alguém que nos é apresentado como “simpático”, podemos inferir que essa pessoa tem outros traços não apresentados porque o padrão que o seu *input* (“simpático” mais todo o contexto no momento da apresentação, contexto que está a ser simultaneamente representado na rede) activa é completado via pesos das conexões, originando um padrão completo que envolve a junção da activação do contexto com a experiência passada.

Neste caso, um esquema não existe em memória, ele é um estado de activação específico que pode ser gerado dadas as pistas compósitas adequadas (algo semelhante ao que ocorre nos modelos exemplaristas, mas com outro tipo de unidades; Smith, 1998).

“O resultado é que não precisa de haver nenhuma representação central e independente do contexto para [um conceito]. Em vez disso, pode haver uma variedade de estados ligados meramente por uma relação de semelhança familiar.... Um só [conceito] terá uma panóplia de realizações sub-conceptuais [ou seja, padrões de activação], e a representação que está actualmente presente fará diferença para um processamento futuro.” (Clark, 1993, pp. 24-25, citado por Smith, 1998)

A semelhança de que Clark (1993, citado por Smith, 1998) fala é uma semelhança entre padrões de activação, semelhança essa que deriva da semelhança dos estímulos compósitos que os geraram, portanto o efeito é muito parecido com a recuperação parcial de exemplares por semelhança com a pista, dos modelos exemplaristas.

Os modelos de processamento distribuído podem e têm sido aplicados para explicar efeitos encontrados na Cognição Social. Kashima e Kerekes (1994, citado por Smith, 1996, 1998) simularam numa rede de memória distribuída julgamentos avaliativos sobrepostos, partindo de uma ideia que parece aproximar-se da teoria da integração da informação de Anderson (1965, 1981, citados por Smith, 1996); mas parece-me que,

precisamente pela natureza das redes conexionistas, estes julgamentos avaliativos poderiam originar uma impressão global de uma pessoa (e não apenas uma avaliação referente a um traço-dimensão, como na abordagem de Anderson, 1965), pois estas redes são capazes de representar, simultaneamente e de forma sobreposta, um conjunto de padrões de activação que constituem um estado mental de activação único.

Queller & Smith (2002) utilizaram uma rede distribuída recorrente (ver McClelland & Rumelhart, 1985) para explicar os mecanismos de mudança de estereótipos propostos na literatura (o modelo de *bookkeeping*, o modelo de conversão, e o modelo de subtipificação; ver Queller & Smith, 2002). Esta aplicação da rede foi possível dadas as evidências obtidas anteriormente de que uma rede do mesmo tipo era capaz de aprender e usar estereótipos (Smith & DeCoster, 1998).

Como referido, as redes conexionistas de memória distribuída também podem ser aplicadas ao estudo da formação e uso de estereótipos e na formação de impressões de personalidade a partir de informação anteriormente aprendida (Smith & DeCoster, 1998). Assim, estas redes podem explicar, através de um único mecanismo de fluxos de activação inter-nódulos, as inferências de traços num indivíduo desconhecido a partir da aprendizagem de outro indivíduo semelhante (e que portanto gerou um padrão de activação semelhante); as inferências de traços num novo exemplar de um grupo a partir do contacto com exemplares desse grupo e aprendizagem de um estereótipo; a aprendizagem simultânea e uso conjunto de diferentes padrões de activação para inferir características de um novo exemplar, mesmo características irrelevantes para um estereótipo.

No caso das impressões de personalidade, a rede conexionista apreende conhecimento (adaptações/actualizações dos pesos das conexões) por apresentação de exemplares de um grupo geradores de padrões de activação semelhantes ou por aprendizagem de um único indivíduo específico (ver Smith & Zárate, 1992; Smith & DeCoster, 1998). A rede é posteriormente apresentada com uma versão semelhante de um padrão anteriormente encontrado, e através dos fluxos de activação via conexões completa esse padrão, reconstruindo-o nesse momento. Comportamentalmente, este completamento do padrão reflecte-se numa inferência com base no conhecimento anterior, e pode ser isto que acontece na formação de impressões e que é normalmente atribuído à existência de esquemas semânticos que são activados e a partir dos quais inferimos. Nos modelos de memória distribuída, a explicação para esta influência do conhecimento anterior é, portanto, explicada pelo completamento *on-line* de um padrão

anterior semelhante à pista compósita, e em termos empíricos parece prever que, em dois momentos ou contextos distintos, a apresentação de um mesmo traço-pista originará inferências-traço diferentes no mesmo indivíduo, pois a activação da memória compósita é situada (Barsalou, 2003; Smith, 1996, 1998).

6. As bases deste trabalho

Uma das bases fundamentais para este projecto de investigação surgiu de um conjunto de investigações recentes sobre a instabilidade e sensibilidade ao contexto dos estereótipos (Garcia-Marques et al., 2006b; Santos, 2001, 2007).

Santos (2001), assim como Garcia-Marques e colaboradoras (2006), partindo de evidências sobre a instabilidade intra-individual de conceitos não-sociais, aplicaram uma metodologia teste-reteste ao estudo dos estereótipos sociais, com o fim de estudar a sua estabilidade no mesmo indivíduo. Esta metodologia havia já sido utilizada na Psicologia Cognitiva (*e.g.*, ver Barsalou, 1987; Barsalou et al., 1987, citado por Santos, 2007; McCloskey & Glucksberg, 1978), e tinha demonstrado que conceitos e categorias comuns, supostamente bem enraizados no quotidiano, apresentavam uma estabilidade apenas modesta no mesmo indivíduo em dois momentos diferentes (por exemplo, na geração de exemplares de uma categoria ou no julgamento de pertença a categoria). Além disso, esta instabilidade mostrava depender bastante do contexto de processamento em que os indivíduos estão (Barsalou, 1987). Assim, os autores (Garcia-Marques et al., 2006b; Santos, 2001) conduziram um conjunto de estudos em que avaliaram o nível de estabilidade intra-individual de estereótipos sociais em dois momentos no tempo. Os primeiros resultados demonstraram que, em duas sessões, o acordo intra-individual de escolha do mesmo atributo, a partir de uma lista, como característico de um grupo social (tarefa de Katz e Braly, 1933) era apenas moderado (aproximadamente .50; calculado através da “correlação de elemento comum” de Bellezza, 1984; citado por Garcia-Marques et al., 2006b). Num segundo estudo, os autores avaliaram a estabilidade da estrutura gradativa (Barsalou, 1987), ou tipicidade, dos estereótipos. Os resultados demonstraram que a correlação dos julgamentos de tipicidade, em teste-reteste, de membros de três grupos sociais era também apenas moderada (cerca de .67). Num terceiro estudo, os autores (Garcia-Marques et al., 2006b; Santos, 2001) debruçaram-se sobre a estabilidade da recuperação de exemplares de uma categoria social. Novamente se usou a correlação de elemento comum, e novamente os resultados evidenciaram uma correlação intra-individual teste-reteste apenas moderada (cerca de .60). Estes estudos, no seu conjunto, mostraram que as categorias sociais possuem uma elevada variabilidade natural ao longo do tempo (derivada de mudanças nos estados de humor, experiência recente, etc.; Santos, 2007). Um quarto estudo (Garcia-Marques et al., 2006b) manipulou a consistência do contexto imediato através

de uma tarefa de *ratings* de tipicidade, para estudar explicitamente a hipótese da sensibilidade ao contexto (dado que havia a possibilidade dos resultados dos estudos anteriores serem devidos, por exemplo, a erro de medida). Assim, e utilizando novamente a tarefa de Katz e Braly (1933) de selecção de atributos, os resultados mostraram que na condição “contextos semelhantes” os participantes mostraram maior estabilidade ($M = .51$) do que os participantes na condição “contextos diferentes” ($M = .45$), o que demonstra explicitamente a sensibilidade dos estereótipos ao contexto, e argumenta contra a possível explicação de erro de medida. Além disso, os autores sugeriram que, enquanto que a instabilidade de traços considerados periféricos pode reflectir erro de medida, a instabilidade de traços considerados centrais para o estereótipo parece reflectir uma real sensibilidade ao contexto (Garcia-Marques, et al., 2006). Estes resultados, no seu conjunto, são obviamente difíceis de explicar segundo os modelos abstraccionistas, que têm dominado a psicologia social.

Santos (2007) prosseguiu e aprofundou esta linha de investigação, procurando mecanismos explicativos para a influência do contexto, verificada nos estudos anteriores e postulada teoricamente, por exemplo, pelos modelos exemplaristas (*e.g.*, Smith & Zárate, 1992) e pelos modelos connexionistas (*e.g.*, Smith & DeCoster, 1998). Também a teoria das simulações situadas, de Barsalou (1999), inserida na mais global e emergente área da cognição situada (Barsalou, 2008; Smith, 2007), prevê e explica uma natural instabilidade dos conceitos, que são reconstruídos em resposta a um contexto que envolve também, por exemplo, estados corporais. Assim, a autora (Santos, 2007), através da primação de atributos estereotípicos, não-estereotípicos ou contra-estereotípicos, observou que atributos não-estereotípicos activados pelo contexto fortuito eram mais frequentemente incorporados num estereótipo compilado, enquanto que a primação de atributos contra-estereotípicos se reflectia apenas na medida de dispersão de uma matriz de distribuições (e não nas de tendência central). A explicação proposta pela autora para estes resultados são que os estereótipos são altamente sensíveis ao contexto, e que essa influência do contexto se pode explicar, pelo menos em parte, por processos de activação e falha na monitorização. Assim, os atributos contra-estereotípicos despoletariam mais facilmente um processo deliberado de monitorização, o que impediria a sua influência na tendência central, enquanto que os atributos não-estereotípicos, por não serem diagnósticos, tendiam a não despoletar essa monitorização.

Esta linha de investigação demonstra que os estereótipos sociais, que se pensavam estruturas abstractas e estáveis, afinal variam bastante em cada indivíduo. O meu objectivo principal neste trabalho é avaliar se também as “teorias implícitas da personalidade” apresentam esta instabilidade e sensibilidade ao contexto, ao contrário do que a visão actual parece postular. Embora todas as abordagens possam ter contribuições positivas (Hamilton, 2005) e a distinção empírica entre modelos abstraccionistas e, por exemplo, modelos exemplaristas, com o objectivo de decidir que tipo de representações é que realmente temos, ou fazemos, possa ser bastante difícil e possivelmente fútil (Barsalou, 1990), o teste das assunções fundamentais que emergem naturalmente das diferentes visões parece ser essencial para a nossa melhor compreensão do processamento humano da informação social ou não-social.

Os pressupostos abstraccionistas de invariabilidade e insensibilidade ao contexto parecem existir ainda hoje na literatura de impressões de personalidade. Vendo o processo de formação de impressões como suportando-se em teorias implícitas da personalidade (Schneider, 1973), ou em concretizações cognitivas dessas teorias implícitas, como protótipos (Cantor & Mischel, 1973), esquemas (Hamilton et al., 1980), espaço semântico bidimensional (Garcia-Marques et al., 2006a) ou estrutura semântica bidimensional (Fiske et al., 2002), estas abordagens parecem propor implicitamente que, na apresentação de determinada informação sobre traços de personalidade, será activada uma representação mental estável que guiará a subsequente interpretação, recuperação, ou inferência de informação. Mais concretamente, estas abordagens parecem assumir que, independentemente do contexto, o mesmo traço-estímulo despoletará a mesma resposta, ou seja, um mesmo traço fará o processador de informação, por exemplo, inferir sempre o(s) mesmo(s) traço(s). E isto porque as relações entre traços são vistas como estáveis em memória: um traço-estímulo, numa condição de formação de impressões, activará o mesmo esquema, protótipo, teoria, estrutura ou espaço semântico.

Contudo, estudos sobre instabilidade intra-individual com estímulos não-sociais (*e.g.*, Barsalou, 1987; McCloskey & Glucksberg, 1978) e com estereótipos sociais (Garcia-Marques et al., 2006b; Santos, 2001, 2007), assim como as previsões de modelos que, propondo diferentes tipos de representações mentais, têm o ponto comum de assumir a cognição como situada (no sentido de todo o contexto influenciar o processamento de informação, e de episódios e exemplares específicos terem um grande impacto na cognição), apontam para que seja possível que todas as nossas

representações mentais sejam construídas numa situação específica. Este estudo debruça-se sobre, então, se também as teorias implícitas da personalidade da personalidade evidenciam essa instabilidade e sensibilidade ao contexto.

6.1. Visão geral dos estudos

Os estudos seguintes terão como problema principal a potencial instabilidade e sensibilidade ao contexto (experiência I), e debruçar-se-ão sobre um possível mecanismo explicativo dessa sensibilidade (experiência II), já avançado por Santos (2007) relativamente à instabilidade dos esterótipos, e explorarão um pressuposto-chave desse mecanismo explicativo (experiência III).

Mais concretamente, a experiência I testará a estabilidade das teorias implícitas da personalidade intra-indivíduo, através das impressões de personalidade formadas num estudo longitudinal, em diferentes contextos. As hipóteses são que não só as teorias implícitas da personalidade demonstrarão uma estabilidade apenas modesta em teste-reteste, como ela será, pelo menos em parte, dependente da constância do contexto. Além disso, será medida, nas duas sessões, a importância percebida de cada traço seleccionado, sendo que a variação teste-reteste da importância percebida pode ser um outro indicador da flexibilidade das impressões formadas, mesmo em traços seleccionados em ambas as sessões. Ambas estas hipóteses contrariam a visão abstraccionista das teorias implícitas da personalidade.

Na experiência II será testado um possível mecanismo explicativo da sensibilidade ao contexto das teorias implícitas da personalidade, proposto por Santos (2007) em relação aos estereótipos. Assim, um dos processos como o contexto pode influenciar as impressões formadas, e que também não é explicado pela abordagem esquemática das teorias implícitas da personalidade, é a de incorporação de informação irrelevante saliente do contexto que é activada e sobre a qual não são despoletados processos deliberados de monitorização. A visão clássica das teorias implícitas da personalidade simplesmente diria que, na ausência de informação associada ao alvo sobre uma dada dimensão, não existiriam inferências sobre essa dimensão, e apenas sobre a dimensão sobre a qual existe já alguma informação. Isto porque, ainda segundo as abordagens dominantes das teorias implícitas da personalidade, as dimensões são independentes, e só a informação associada ao alvo é tida em conta. Os traços incongruentes com a

impressão formada, por seu turno, é esperado que não sejam incorporados na impressão de personalidade.

A explicação proposta por Santos (2007) para a não incorporação de traços incongruentes com uma expectativa é a de que estes traços, pela sua diagnosticidade, despoletam processos deliberados de monitorização da memória que impedem a sua incorporação. O objectivo da experiência III é precisamente explorar este pressuposto, testando-o directamente. Desta forma, a experiência será semelhante à experiência II, sendo que será adicionada uma manipulação de sobrecarga cognitiva entre a apresentação da pessoa-alvo e a tarefa de selecção de traços.

Nas três experiências será utilizada a tarefa de selecção de atributos de Katz e Braly (1933), adaptada para o estudo em formação de impressões. Ou seja, será apresentada uma pessoa-alvo juntamente com um traço de personalidade que lhe é atribuído; em seguida a tarefa dos participantes é, baseando-se na imagem que fazem dessa pessoa, seleccionarem outros 5 traços, de uma lista de 44, que acham que essa pessoa possui.

Experiência I: A instabilidade intra-individual em função do contexto

Vimos anteriormente que tanto conceitos e categorias não-sociais (Barsalou, 1987) como sociais (Garcia-Marques et al., 2006b; Santos, 2007) apresentam instabilidade intra-individual em dois momentos e sensibilidade ao contexto. O objectivo principal deste estudo é averiguar se também as “teorias implícitas da personalidade” apresentam sensibilidade ao contexto, ao contrário daquilo que parece ter sido assumido ao longo dos anos. Para isto utilizarei uma tarefa de selecção de atributos (Katz & Braly, 1933; Garcia-Marques et al., 2006) numa situação de formação de impressões de personalidade, em duas sessões com 15 dias de intervalo, manipulando a estabilidade do contexto inter-sessões. Desta forma pretendo obter uma medida da sobreposição de traços escolhidos nas duas sessões (as impressões formadas), como reflectindo o grau de estabilidade/instabilidade das teorias implícitas da personalidade.

A manipulação do contexto entre sessões provocará que a formação da impressão da personalidade se faça em contextos semelhantes ou em contextos diferentes. Esta manipulação explícita mostra-se necessária devido a duas razões: em 3 dos estudos de Garcia-Marques e colaboradores (2006) a variação obtida nos atributos escolhidos pelo mesmo indivíduo poderia revelar uma instabilidade natural dos estereótipos ao longo do tempo, assim como um simples erro de medida (possível devido à utilização da mesma medida em dois momentos sem uma manipulação explícita de uma variável que possa explicar a variação). Além disso, os autores (Garcia-Marques et al., estudo 4), ao manipularem explicitamente a variabilidade do contexto, sugeriram que a fluidez na escolha de certos atributos (considerados periféricos) parece reflectir esse erro de medida, enquanto que a fluidez de outros atributos (considerados centrais) parece reflectir, de facto, uma sensibilidade à variação do contexto. Os contextos manipulados foram no sentido de uma “manipulação não evidente” proposta por Santos (2007, estudos 3 e 4), em que não se esteja directamente a activar determinados exemplares, e em que seja a situação em si que activa diferente informação.

Os traços utilizados, quer os fornecidos inicialmente, quer os presentes na lista de onde os participantes têm de seleccionar os traços que melhor se adequam a essa informação dada, serão retirados do artigo de Rosenberg e colaboradores (1968) e de uma adaptação para português do espaço semântico bidimensional (Garcia-Marques et al., 2006). Desta forma, será manipulado, *a priori*, se o traço apresentado é mais referente à dimensão intelectual ou à dimensão social. A lista de verificação será

constituída por traços de ambas as dimensões. Penso que não será um problema ser apresentado apenas um traço da pessoa-alvo, dado que os resultados de Asch (1946) foram obtidos variando apenas um traço na lista, assim como as falsas memórias divergentes de Garcia-Marques e colaboradores (2006) derivaram de apenas um traço.

Utilizarei uma tarefa de selecção de traços que, segundo o participante, se adequem à informação apresentada, por ser uma tarefa semelhante à tarefa principal de Asch (1946), assim como por ter sido utilizada por Garcia-Marques e colaboradores (2006) e Santos (2007) para testar a estabilidade teste-reteste dos estereótipos. Nesta experiência espera-se que os resultados das diferentes condições evidenciem uma instabilidade tão elevada como as obtidas com estereótipos sociais (Garcia-Marques et al., 2006) e categorias não-sociais (Barsalou, 1987). Espera-se também que contextos diferentes provoquem uma maior instabilidade nos traços seleccionados, em comparação com contextos semelhantes, principalmente no referente a traços posteriormente avaliados como mais importantes para a impressão formada.

Método

Participantes e desenho experimental

Cerca de 70 participantes voluntários, de ambos os sexos, estudantes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (FPCE-UL).

O desenho experimental desta experiência será misto, 2 (sessão: 1 e 2) X 2 (pessoa-alvo: inteligente vs. simpática) X 2 (contexto: bar vs. biblioteca) X 2 (semelhança do contexto: semelhante vs. diferente), sendo que os dois primeiros factores serão intra-participantes.

Material e procedimento

A experiência será realizada em grupos de 10 participantes; cada participante participará em duas sessões, com um intervalo de 15 dias. Para assegurar a correspondência dos protocolos entre sessões pede-se aos participantes que assinalem na folha de respostas a sua data de nascimento e a primeira letra do primeiro nome da sua mãe. O procedimento e instruções serão os mesmos em ambas as sessões. Inicialmente lêem-se as instruções da tarefa de manipulação do contexto aos participantes, em que terão de imaginar que se encontram numa praia ou num tribunal. Depois, os

participantes realizarão a tarefa de selecção de traços numa situação de formação de uma impressão de personalidade, sendo que por último avaliarão o quão importantes foram os traços que escolheram em relação à impressão formada.

Tarefa de manipulação do contexto. Para manipular o contexto de selecção de traços, será apresentada previamente uma tarefa não relacionada em que os participantes têm de imaginar estar num bar ou numa biblioteca. Estes locais terão sido escolhidos após um pré-teste em que se pedirá a 20 outros participantes que listem os 5 locais que consideram mais associados com o traço “simpatia”, e o mesmo para o traço “inteligência”. Depois será feita uma análise em que se seleccionarão o local mais comumente listado para “simpatia” e o mais comumente listado para “inteligência” (neste caso seriam “bar” e “biblioteca”).

Tanto na Sessão 1 como na Sessão 2 os participantes realizarão então esta breve tarefa de manipulação do contexto em “papel e lápis”. Esta tarefa será apresentada como parte de um pré-teste de uma outra investigação não relacionada, conduzida pelo Grupo de Investigação em Psicologia Ambiental da FPCE-UL, interessado em saber o tipo de relações inter-pessoais que os indivíduos têm em diferentes ambientes físicos. As instruções serão as seguintes:

O tipo de relações que temos com os outros depende, em grande parte, dos ambientes físicos em que nos encontramos. Diferentes ambientes enquadram e, por vezes, provocam, diferentes relações e diferentes formas de as pessoas reagirem umas às outras.

O que pretendemos com este pré-teste é saber que tipo de relações as pessoas associam com diferentes ambientes físicos. Em particular, pedimos-lhe que imagine que se encontra num bar/numa biblioteca, e que escreva três comportamentos que lhe venham à cabeça quando imagina essa situação.

Para metade dos participantes o contexto será “semelhante” nas duas sessões (ou seja, contexto “bar”, ou contexto “biblioteca”, em ambas), enquanto que para a outra metade será “diferente” (ou seja, contexto “bar” numa sessão e “biblioteca” na outra, ou vice-versa). Em princípio, “bar” e “biblioteca” activarão experiências de eventos e indivíduos específicos diferentes, dando diferentes enquadramentos à posterior apresentação das pessoas-alvo.

Formação de impressões. Após a tarefa de manipulação do contexto é recolhida a folha referente à tarefa e é agradecida a colaboração dos participantes naquele estudo;

depois diz-se que se vai dar início à experiência propriamente dita. São então apresentadas ao participante as instruções da tarefa de selecção de traços:

No nosso dia-a-dia encontramos inúmeras pessoas, que possuem as mais diversas características físicas, comportamentais e de personalidade. Frequentemente, a partir de alguma informação que temos ou que descobrimos sobre uma dada pessoa, conseguimos sem grande esforço formar uma imagem completa dela, um conjunto de características que consideramos fazerem sentido combinarem-se nessa pessoa.

Neste estudo pedimos-lhe que se centre nas características de personalidade dos indivíduos. Nomeadamente, queremos que, a partir da informação que lhe será fornecida sobre a personalidade de um indivíduo, forme uma impressão mais completa desse indivíduo, e que selecione, de uma lista de atributos posterior, os 5 atributos que considera que melhor se adaptam a esse indivíduo. Queremos, portanto, que a sua resposta se baseie em outros 5 traços de personalidade que mais esperaria encontrar nesse indivíduo específico.

A seguir às instruções será apresentada uma frase do tipo “O João é simpático. Imaginando que tipo de pessoa ele é, escolha, da lista de atributos seguinte, os 5 atributos que ache que melhor se adequam ao João.” Os traços apresentados na primeira frase são “simpático” ou “inteligente”. Escolhi estes traços porque, intuitivamente, aparentam ser traços não ambíguos e claramente referentes a uma das duas dimensões propostas por Rosenberg e colaboradores (1968), e também porque na adaptação do espaço bidimensional de Rosenberg e colaboradores para Português, foram dois traços que se posicionaram de forma bastante clara nesse espaço (Garcia-Marques e colaboradores, 2006a).

Tarefa de selecção de atributos. O participante escolherá então esses 5 atributos, de uma lista de 44 (adaptação da tarefa de Katz & Braly, 1933). Esta lista será constituída por traços de personalidade retirados do espaço bidimensional de Rosenberg e colaboradores (1968), da adaptação dos itens para Português de Garcia-Marques e colaboradores (2006a) e de Santos (2001), equilibrada em relação ao número de traços “intelectuais” e “sociais”, assim como de traços “positivos” e “negativos” (ver Anexo I).

Tarefa de ratings de importância. Por fim, o participante terá de julgar, em ambas as sessões, a importância dos traços seleccionados. Esta tarefa permitirá averiguar qual o grau de importância que o participante confere a cada traço seleccionado, na impressão formada naquele momento. Este julgamento será feito numa escala de 9 pontos, de 1 (pouco importante) a 9 (muito importante).

Resultados e discussão

Nível de estabilidade intra-participante

Para determinar o nível de acordo intra-participante para cada traço escolhido, efectuar-se-á uma correlação de elemento comum nos dados obtidos com a tarefa de selecção de atributos (Bellezza, 1984a, 1984b, 1984c, citados por Garcia-Marques et al., 2006). Este valor é calculado dividindo o número de traços seleccionados em ambas as sessões (traços comuns) pela raiz quadrada do número de traços gerados na primeira sessão a multiplicar pelo número de traços gerados na segunda sessão, e varia entre 0 e 1, representando a proporção de itens comuns em relação aos totais (ver Garcia-Marques et al., 2006).

Se estes resultados gerais indicarem uma correspondência baixa, ou moderada, entre os traços escolhidos nas duas sessões por cada participante, isso assemelha-se aos dados obtidos por Garcia-Marques e colaboradores (2006), significando que também as “teorias implícitas da personalidade” demonstram uma elevada instabilidade, o que contraria a visão abstraccionista actualmente dominante. Esta visão esperaria que os traços inferidos a partir de um mesmo traço fossem, pelo menos, quase sempre os mesmos, pois seria suposta essas inferências basearem-se em estruturas de conhecimento internas estáveis.

Além disso, calcular-se-á uma ANOVA de medidas mistas a quatro factores sobre os valores do acordo, sendo os factores 2 (sessão: 1 e 2) X 2 (tipo de traço: intelectual vs. social) X 2 (contexto: praia vs. tribunal) X 2 (semelhança do contexto: semelhante vs. diferente). Se os resultados indicarem uma menor sobreposição de traços na condição de contextos diferentes entre sessões, como esperado, isso significa que é a variação do contexto que está, pelo menos em parte, a guiar a variação dos traços seleccionados (contrariando uma possível interpretação por simples erro de medida).

Impacto da importância percebida na estabilidade

Para averiguar a relação entre estabilidade teste-reteste e importância percebida dos traços, será necessário comparar a importância média de traços comuns entre sessões em relação à de traços únicos de uma só das sessões. Assim, aplicar-se-ão testes-t de amostras emparelhadas. Se os traços comuns apresentarem uma importância percebida média significativamente superior à dos traços únicos, como se espera no seguimento dos dados de Garcia-Marques e colaboradores (2006), isso significa que há uma

tendência para traços considerados mais importantes apresentarem uma maior estabilidade inter-sessões do que traços considerados menos importantes. Contudo, poderá acontecer que esta relação só se observe nas condições de contextos semelhantes, pelo menos em maior magnitude, dado que nas condições de contextos diferentes mesmo os traços considerados mais importantes apresentarão uma maior instabilidade. À partida, segundo os dados de Garcia-Marques e colaboradores (2006), os traços considerados menos importantes não serão afectados pela manipulação do contexto, reflectindo o possível erro de medida.

Variação dos ratings de importância percebida como medida de instabilidade

Uma outra análise que será interessante fazer é a da comparação dos julgamentos teste-reteste de importância dos traços seleccionados pelo mesmo indivíduo. Para isto, dividir-se-á a escala em 3 zonas (*pouco importante / moderadamente importante / muito importante*), e calcular-se-á se, intra-individualmente, há mudança de zona para os traços seleccionados em ambas as sessões. Para isto terá de se calcular a mediana de pontuações dadas por cada indivíduo e ver quais os traços que avaliou com pontuações acima (muito importantes) e abaixo (pouco importantes) da mediana. Depois, para os traços muito importantes, será necessário calcular a proporção do número de traços que não mudam de zona sobre metade do número total de traços produzido, e fazer o mesmo para os traços pouco importantes.

Nestes traços seleccionados em ambas as sessões, pode acontecer que um traço na Sessão 1 seja considerado mais importante e na Sessão 2 seja considerado menos importante, e vice-versa. Esta análise permitirá obter outra medida de variabilidade da impressão formada, complementar à medida de correlação de elemento comum, pois, por exemplo, uma escolha do mesmo traço em ambas as sessões pode criar a ilusão de uma maior estabilidade, sendo que esse traço pode ser percebido de maneira muito diferente pelo participante nesses dois momentos. Mesmo que hajam valores idênticos na correlação de elemento comum, a impressão construída num momento pode ser significativamente diferente da construída noutro, não em termos dos traços seleccionados, mas da importância que lhes é atribuída.

Experiência II – Primar um atributo irrelevante versus um atributo incongruente

Se os resultados da experiência I se confirmarem, ou seja, se se corroborar a hipótese de que as “teorias implícitas da personalidade” são instáveis no mesmo indivíduo e sensíveis ao contexto, uma questão que se coloca é “que mecanismos poderão explicar essa influência do contexto?”.

Ao tentar descobrir os possíveis mecanismos subjacentes à influência do contexto sobre a compilação de um estereótipo, Santos (2007) especulou que um desses mecanismos pode derivar de uma simples activação de informação por parte do contexto que, por não ser complementada por processos deliberados de monitorização, implica a incorporação na compilação e provoca instabilidade do conceito. Esta é uma proposta de julgamentos heurísticos baseados na activação sem posterior monitorização de memória, e a autora fundamentou-se num conjunto de modelos de memória compósita (McKoon & Ratcliff, 1992, citado por Santos, 2007) e de confusão da fonte de activação (Reder & Schunn, 1996, citado por Santos, 2007) para fazer esta proposta.

Um dos dados obtidos por Santos (2007, experiências 3 e 4) foi, de facto, que a primação de um atributo não-estereotípico conduzia a uma sua maior incorporação no estereótipo compilado na tarefa de selecção de atributos, o que parece ir contra todas as abordagens explicativas da influência do contexto que se baseiem em associações existentes em memória e/ou a influência devido a um *matching* da informação contextual com informação em memória, pois o traço era irrelevante para o estereótipo. No entanto, a primação de um atributo contra-estereotípico não aumentava a sua taxa de incorporação no estereótipo, embora aumente os níveis de dispersão percebida (Santos, 2007, estudo 4).

Nesta experiência pretendo averiguar se, numa situação de formação de impressões de personalidade, também pode haver incorporação de informação activada fortuitamente pelo contexto, no caso de essa informação não contrariar a informação já anteriormente aprendida como pertencente à pessoa-alvo. Aqui a informação incongruente poderá ser ainda mais distintiva do que no caso dos estereótipos, pois trata-se de contrariar não a tendência central de um grupo que pode ter alguma variabilidade interna (Santos, 2007; ver também Garcia-Marques et al., 2006), mas de contrariar a tendência central de um indivíduo, que é percebido como relativamente uno (Hamilton et al., 1998).

Método

Participantes e desenho experimental

Os participantes serão cerca de 70 estudantes da FPCE-UL, homens e mulheres, que participarão voluntariamente.

Tratar-se-á de um plano factorial misto, 2 (estímulo-primo: inteligente vs simpático) X 2 (pessoa-alvo: inculto vs arrogante) X 2 (tipos de traços: irrelevante e incongruente), sendo que o último factor é intra-participantes.

Material e procedimento

Mais uma vez, os traços-primo, assim como o traço pertencente à pessoa-alvo e os traços presentes na lista de teste, serão retirados de Rosenberg e colaboradores (1968) e de Garcia-Marques e colaboradores (2006), atendendo à dimensão, valência e relevância que os traços possuem nesse espaço bidimensional. “Inteligente” será irrelevante para um alvo simpático e incongruente para um alvo inculto, assim como “simpático” será irrelevante para um alvo inculto e incongruente para um alvo arrogante.

Tarefa de primação. Esta tarefa será semelhante à tarefa de primação utilizada por Santos (2007, estudos 3 e 4); assim, será inicialmente pedido aos participantes que julguem a familiaridade de 20 palavras numa lista, palavras neutras como “olvidar” ou “intermédio”, em escalas de 5 pontos (1=nada frequente, 5= muito frequente), que não terão efeito mas que servirão para “encobrir” a tarefa de primação. Posteriormente, ser-lhes-á pedido que definam, num máximo de 3 linhas, o que é ser inteligente, ou simpático, que será a primação propriamente dita. Estas duas tarefas serão apresentadas ao participante como fazendo parte de um pré-teste de uma investigação na área de psicologia linguística que está a ser levada a cabo por colegas do Grupo de Estudos da Linguagem da FPCE-UL (Santos, 2007), para que os participantes pensem que a primação não tem nada a ver com as tarefas seguintes. As instruções serão as seguintes:

As palavras variam muito em termos da sua frequência. Há palavras que utilizamos várias vezes por dia, enquanto que outras apenas raramente nos servimos delas. Além disso, há muitos conceitos que variam de pessoa para pessoa.

Esta tarefa faz parte de um pré-teste que o Grupo de Estudos da Linguagem da FPCE-UL está a fazer para obter normas de frequência e definição para palavras Portuguesas. Pedimos-lhes, então, que numa primeira parte julgue qual a

frequência de cada palavra no seu vocabulário, e que numa segunda parte dê a sua definição sobre um determinado conceito em particular.

Por último, recolhem-se as folhas de resposta e agradece-se a participação no pré-teste. Desta forma, primar-se-á um traço que é, à partida, ou irrelevante ou incongruente com o traço que se apresentará da pessoa-alvo, sem que os participantes relacionem as tarefas.

Tarefa de selecção de atributos. A seguir à tarefa de primação, agradecer-se-á aos participantes a sua participação no pré-teste do Grupo de Estudos da Linguagem e serão informados que vão então começar a experiência propriamente dita. Assim, à frase “O Pedro é inculto.”, ou “O Pedro é arrogante.”, os participantes terão de imaginar como será o Pedro e seleccionar, da lista de 44 traços, os 5 traços que considerem que melhor se adaptam à impressão que formam do Pedro (adaptação da tarefa de Katz & Braly, 1933).

Resultados e discussão

Realizando uma ANOVA a 3 factores: 2 alvos (inculto vs arrogante) X 2 estímulos-primos (inteligente vs. simpático) vs. 2 tipos de traços (incongruente e irrelevante), sendo o último factor intra-participantes, não se esperam encontrar efeitos significativos dos estímulos-primos nas escolhas de traços, quer coincidentes, quer não-coincidentes.

Incorporação de informação primada fortuitamente. Usar-se-á o teste exacto de Fischer (que permite identificar relações significativas entre variáveis dicotómicas cruzadas em amostras independentes), para averiguar se há um aumento significativo da incorporação do traço incongruente coincidente na impressão formada na condição de primação de traço incongruente. Se os resultados corroborarem a hipótese, então não haverá um aumento significativo da selecção de traços incongruentes em nenhuma das condições, inclusivamente nas condições em que o traço incongruente coincide com o traço primado. Ou seja, se a pessoa-alvo for apresentada como “inculta”, a primação de “inteligente” não terá qualquer efeito na posterior selecção do traço “inteligente” a partir da lista de traços. Da mesma forma, se a pessoa-alvo for descrita como “arrogante”, a primação de “simpática” não terá qualquer efeito na posterior selecção desse traço a partir da lista de traços.

Por outro lado, espera-se que a primação de traços irrelevantes leve a uma mais frequente incorporação desse traço na impressão formada. Da mesma forma se utilizaria o teste exacto de Fischer para averiguar esta hipótese. Assim, se a pessoa-alvo for apresentada como “inculta”, a primação de “simpática” deverá levar a que o participante selecione significativamente mais vezes este traço a partir da lista de traços, assim como se a pessoa-alvo for apresentada como “arrogante”, a primação de “inteligente” deve provocar uma mais frequente selecção do traço “inteligente” a partir da lista de traços.

Estes resultados replicariam os encontrados por Santos (2007), sendo que é possível que o contexto influencie as conceptualizações formadas num dado momento não só através da activação ou reconstrução de experiências passadas, mas também através da activação externa de atributos que, devido a falhas no processo de monitorização da fonte de activação, são vistos como pertencentes à ideia que se forma de uma pessoa com dadas características que não têm relação semântica, pelo menos segundo o espaço bidimensional de Rosenberg e colaboradores (1968).

Experiência III – A monitorização e a rejeição de traços incongruentes

Santos (2007) avançou como possível explicação para a não incorporação de traços incongruentes no estereótipo compilado o despoletar automático de processos deliberados de monitorização por parte desses traços. Esta explicação baseia-se em diferentes abordagens (SAC, modelos globalistas de memória compósita, etc.; para uma revisão, ver Santos, 2007), e propõe que a incorporação de traços irrelevantes no estereótipo pode acontecer por a activação fortuita desses traços que o contexto provoca não ser complementada por processos deliberados de monitorização, ou por essa monitorização não ser eficaz. Por outro lado, a não incorporação de traços incongruentes dever-se-á a estes traços serem altamente diagnósticos, contrariando directamente a tendência central do estereótipo e, portanto, parecerem despoletar processos deliberados de monitorização da memória que discriminam entre o que é conhecimento conceptual e o que é informação contextual.

Aplicado ao caso da formação de impressões de personalidade, nesta última experiência quero averiguar se a monitorização deliberada é, de facto, um factor importante nesta renúncia aos traços incongruentes com a informação conhecida. Os dados de Santos (2007) sugerem que sim, mas isso não foi directamente testado.

Método

Participantes e desenho experimental

Nesta experiência participarão cerca de 80 alunos da FPCE-UL, homens e mulheres, de forma voluntária.

A experiência terá um plano factorial misto 2 (estímulo-primo: inteligente vs simpático) X 2 (pessoa-alvo: inculto vs arrogante) X 2 (monitorização: com sobrecarga cognitiva vs sem sobrecarga cognitiva), X 2 (tipos de traços: irrelevante e incongruente), sendo que o último factor é intra-participante.

Material e procedimento

Tal como na experiência 2, nesta experiência os participantes realizam inicialmente a tarefa de primação. Aos participantes a quem será pedido que formem uma impressão de uma pessoa “inculta”, na condição estímulo-primo irrelevante é primado o traço “simpático”, e na condição estímulo-primo incongruente, é primado o traço

“inteligente”. Aos participantes a quem será pedido que formem uma impressão de uma pessoa “arrogante”, na condição estímulo-primado irrelevante será primado o traço “inteligente” e na condição estímulo-primado incongruente será primado o traço “simpático”.

As tarefas de primação e de selecção de atributos a partir de informação dada são, portanto, em tudo semelhantes às da experiência 2.

Manipulação da sobrecarga cognitiva. Metade dos participantes realizarão a tarefa de selecção de atributos sem sobrecarga cognitiva. À outra metade será dado, antes da apresentação da lista de selecção de traços, um número de 9 dígitos que terão de decorar e ser-lhes-á informado que no final da experiência terão de escrever esse número numa folha (Garcia-Marques & Mackie, 1999). A *cover story* para esta memorização do número será a de simular a complexa vida mental do dia a dia, e o interesse em investigar como é que as pessoas lidam com terem de dar importância a diferentes tipos de informação ao mesmo tempo.

Resultados e discussão

Efeito da sobrecarga cognitiva no grau de selecção do traço incongruente.

Para analisar as frequências de escolhas de traços irrelevantes e de traços incongruentes quando coincidem com o *prime* deverá fazer-se um teste exacto de Fischer. Depois, realizar-se-á uma ANOVA a 3 factores: 2 (estímulo-primado: inteligente vs simpático) X 2 (pessoa-alvo: inculto vs arrogante) X 2 (monitorização: com sobrecarga cognitiva vs sem sobrecarga cognitiva). Segundo a proposta da “abordagem de crenças ilusórias”, que propõe um mecanismo de activação pelo contexto fortuito e posteriores mecanismos deliberados de monitorização (Santos, 2007), é esperado que na condição de sobrecarga cognitiva haja um aumento significativo na incorporação do traço incongruente primado na impressão formada, pois a sobrecarga deverá impedir os processos deliberados de monitorização. A sobrecarga cognitiva não deverá ter qualquer efeito nos níveis de incorporação do traço irrelevante primado na impressão formada.

Se a hipótese não se confirmar, ou seja, se não houver um aumento do nível de incorporação do traço incongruente primado na impressão quando há sobrecarga cognitiva, isso poderá indicar que não são processos deliberados de monitorização que estão a evitar essa intromissão, pois mesmo quando as condições não permitem essa monitorização eles continuam a ser rejeitados. A rejeição poderá depender de mecanismos pré-conscientes; este ponto será discutido na discussão geral.

Discussão Geral

O objectivo principal deste trabalho, ainda por aplicar, será testar a suposta estabilidade das teorias implícitas da personalidade, que parece vir a ser defendida desde há muito tempo derivada das visões de esquemas das representações mentais (Heider, 1958; Hamilton et al., 1980). Para tal será usada uma tarefa de selecção de atributos (Katz & Braly, 1933) num teste-reteste longitudinal (Garcia-Marques et al. 2006) com 15 dias de intervalo, numa situação de formação de impressões.

Vimos anteriormente como diferentes modelos de representações mentais prevêm a instabilidade das representações mentais, e como diferentes evidências empíricas têm vindo a surgir da Psicologia Cognitiva e da Cognição Social, focando essa instabilidade e sensibilidade ao contexto das representações mentais. Aquilo que antes era descartado pelos investigadores como erros ou enviesamentos resultantes de problemas com as medidas ou com a sua aplicação, é hoje central na compreensão das representações mentais e da sua natureza situada e flexível (Blair, 2002; Garcia-Marques, 1998).

Além disso, esta investigação debruçar-se-á também sobre se a incorporação de traços irrelevantes activados pelo contexto na compilação de um estereótipo (Santos, 2007) se verifica também num caso de uma impressão de personalidade de uma única pessoa, assim como sobre se a rejeição de traços incongruentes primados pelo contexto é derivada de mecanismos deliberados de monitorização, como se espera. Ou seja, servirá para averiguar se informação meramente irrelevante activada pelo contexto fortuito poderá, ainda assim, influenciar a impressão formada num dado momento.

É importante averiguar a possível instabilidade das teorias implícitas da personalidade e os mecanismos através dos quais o contexto pode influenciar essa instabilidade, vistos os resultados de outras literaturas que demonstram essa instabilidade de vários conceitos (*e.g.*, Barsalou, 1989; Garcia-Marques et al., 2006), e visto que a investigação em formação de impressões parece continuar a defender a existência de teorias implícitas da personalidade como estruturas de conhecimento abstraídas existentes em memória que, quando activadas, guiam vários processos, entre eles o de inferência, de forma independente do contexto (White & Carlston, 1983; Garcia-Marques et al., 2006a). De certa forma, estas teorias implícitas da personalidade teriam um papel e uma representação semelhantes aos da visão clássica dos estereótipos (, sendo que, quando um alvo as activa, elas imediatamente passariam a conduzir o processamento de informação, de uma forma descontextualizada e invariável. Este é o

papel clássico atribuído às representações esquemáticas (ver Smith, 1998), cujas raras “contribuições teóricas” parecem limitar-se a defender a necessidade de economia cognitiva por parte do processador de informação (o famoso “forreta cognitivo”; Fiske, 1980) e a necessidade e existência de estabilidade cognitiva (ver Garcia-Marques, 1998). Destas necessidades as visões esquemáticas concluíram que, no processamento de informação, haveria uma abstracção de características centrais, ou mais comuns, e o seu armazenamento que, posteriormente, por activação, seriam recuperadas e guiariam o processamento de informação relevante. A abstracção dessas características resultaria, pois, de uma simplificação drástica do estímulo (*e.g.*, Hamilton et al., 1980; ver Garcia-Marques, 1998), simplificação que tornaria a sua representação mental largamente imune a variações do contexto e à presença de informação não-congruente com a tendência central.

1. Principais resultados esperados

Instabilidade intra-individual em teste-reteste

Na experiência I, espera-se que as impressões formadas revelem uma estabilidade apenas modesta, semelhante às obtidas em estudos com categorias não-sociais (Barsalou et al., 1987, citado por Barsalou, 1989) e com categorias sociais (Garcia-Marques et al., 2006b). Se a hipótese não for confirmada, ou seja, se as impressões formadas revelarem uma elevada estabilidade intra-individual, isso poderá significar que realmente as teorias implícitas da personalidade funcionam como esquemas, sendo altamente estáveis e funcionando como um todo na interpretação e inferência de informação. Por exemplo, no caso do posicionamento do alvo no espaço bidimensional (Garcia-Marques et al., 2006a; Rosenberg et al., 1968), o que se esperaria era que a informação de o alvo ser “simpático” activasse imediatamente os traços mais próximos desse traço, que seriam sempre os mesmos.

No entanto, se a hipótese se confirmar e houver uma estabilidade apenas modesta, e que ainda diminui em contextos diferentes, isso contraria as abordagens que defendem um abstraccionismo duradouro, nomeadamente as esquemáticas, sendo, por outro lado, naturalmente explicado por abordagens exemplaristas e de processamento distribuído em paralelo. Garcia-Marques e colaboradoras (2006b) propõem quatro mecanismos que devem ser tidos em conta por qualquer abordagem sobre representação de categorias

sociais, de modo a melhor explicarem a sua fluidez: a recuperação parcial e/ou activação variável de conhecimento anterior; a natureza situada do conhecimento; a existência de pistas de recuperação compósitas; a confusão da fonte de activação. Algumas abordagens abstraccionistas não duradouras mais recentes podem incorporar alguns destes mecanismos (Barsalou, 1999), sendo que as abordagens exemplaristas e conexionistas parecem, de qualquer forma, acomodá-los mais elegante e naturalmente.

Nas abordagens exemplaristas, a instabilidade e sensibilidade ao contexto pode ser explicada como resultado de uma pista de recuperação compósita (por exemplo, traço-pista + nome da pessoa-alvo + contexto imediato + características do laboratório + humor do processador de informação, etc.) que, por ajustamento em paralelo aos exemplares em memória, recupera um sub-conjunto de exemplares semelhantes com essa pista, e que a partir daí esses exemplares guiam a inferência de outros traços do alvo. As abordagens de processamento distribuído em paralelo (*e.g.*, Smith & DeCoster, 1998) explicam esta inferência baseada na aprendizagem de exemplares através de a pista de “reconstrução”, juntamente com características da situação, activar um padrão semelhante a um padrão aprendido anteriormente que, via pesos das conexões, é completado e, portanto, de uma informação inicial poder inferir-se outra informação.

Ainda na experiência I, procurará estudar-se a possível variação da importância percebida dos traços seleccionados, entre sessões. Uma das medidas principais no estudo da instabilidade teste-reteste dos conceitos é a correlação de elemento comum (Barsalou et al., 1987, citado por Barsalou, 1989; Bellezza, 1984a, 1984b, 1984c, citados por Barsalou, 1989; Garcia-Marques et al., 2006), que nos informa sobre a proporção de itens comuns a ambas as sessões em relação ao total de itens seleccionados. No entanto, penso que esta medida, essencialmente quantitativa, pode ser complementada por uma medida qualitativa que averigüe a possível variação, intra-indivíduo, da importância percebida dos traços seleccionados. Isto dar-nos-ia uma visão mais completa da representação formada, assim como poder-nos-ia dar evidências acrescidas da instabilidade dessa representação. É possível que, num determinado contexto, um traço seja visto como mais importante para a impressão de personalidade do que num outro contexto, mesmo que seja seleccionado em ambos.

Incorporação e rejeição de informação activada pelo contexto fortuito

A experiência II permitirá averiguar se um dos mecanismos pelos quais o contexto provoca instabilidade nas impressões formadas é pela incorporação de informação

irrelevante activada pelo contexto fortuito, sendo que esta hipótese foi testada e corroborada por Santos (2007, experiências 3 e 4), relativamente à compilação de estereótipos.

No caso concreto das impressões de personalidade, além da inferência de informação congruente com o traço apresentado, espera-se que a primação de um traço irrelevante, independente do traço da pessoa-alvo, activará esse traço, ou exemplares que tenham esse traço saliente, ou um determinado padrão de activação. Posteriormente, na selecção de atributos, essa activação recente tornará o traço, ou os exemplares, ou a existência de um padrão de activação semelhante, mais acessível na presença de uma pista coincidente (ou seja, uma pista que contenha esse traço), e essa maior acessibilidade da informação em memória será atribuída a uma co-ocorrência com o traço pertencente ao alvo. Essa percepção momentânea de co-ocorrência provocaria um aumento na escolha do traço irrelevante.

Por outro lado, os traços incongruentes não devem ser incorporados na impressão formada, mesmo quando são primados pelo contexto (ver Santos, 2007). Relativamente aos estereótipos, Santos (2007) especulou que a não incorporação de traços contra-estereotípicos se poderia dever a estes traços despoletarem mecanismos deliberados de monitorização da memória, que impediriam que a recente activação e maior acessibilidade destes traços fosse atribuída à associação em memória com o rótulo. Este pressuposto seria directamente testado na experiência III.

A monitorização deliberada como variável moderadora

No seguimento da proposta de Santos (2007), e adaptando à formação de impressões, de que informação incongruente com a informação pertencente à pessoa-alvo despoleta mecanismos deliberados de monitorização que impedem a sua selecção na tarefa de selecção de atributos, parece-me importante corroborar empiricamente essa sugestão. Os mecanismos deliberados de monitorização, por serem processos controlados, dependem do uso dos seus recursos cognitivos (*e.g.*, Gallo & Roediger, 2002; ver Macrae, Schloerscheidt, Bodenhausen, & Milne, 2002). Assim, na experiência III espera-se que a sobrecarga cognitiva impeça essa monitorização deliberada e, como consequência, provoque um aumento significativo na incorporação de um traço incongruente coincidente com o traço primado.

Em situações que nos ocupem os nossos recursos cognitivos, é possível que informação incongruente com uma expectativa gerada, activada fortuitamente, seja

incorporada na impressão formada nesse momento, pois teremos menos capacidade de monitorizar se a activação desse traço incongruente se deve à sua co-ocorrência com o traço-alvo ou à influência externa do contexto. Desta forma, se se confirmar que o uso de recursos cognitivos por tarefas paralelas faz aumentar a selecção do traço incongruente após ter sido primado pelo contexto, então o mecanismo proposto por Santos (2007) ganhará apoio empírico, e a sobrecarga cognitiva será uma outra variável moderadora da estabilidade/instabilidade das teorias implícitas da personalidade. Em relação à incorporação de traços irrelevantes não se espera qualquer alteração derivada da existência de sobrecarga cognitiva (pois eles aparentemente não são deliberadamente monitorizados).

No caso de a sobrecarga cognitiva não alterar os níveis de selecção de traços incongruentes (ou seja, estes continuarem a ser rejeitados), então poderá ser que o mecanismo explicativo sugerido por Santos (2007), de activação por parte do contexto fortuito e posteriores processos de monitorização deliberados, dispense a monitorização deliberada. Poderá acontecer, por exemplo, que a activação em si tenha já a “informação” necessária para o sistema cognitivo discriminar, ainda que de forma não deliberada, entre traços irrelevantes e traços incongruentes. Especulando, poderá ser que, numa rede conexionista, traços incongruentes provoquem um padrão de activação que é diferente do padrão activado pela pessoa-alvo e, portanto, o padrão resultante do completamento do padrão gerado pelo traço incongruente não permita a confusão entre os conceitos. Ou seja, a própria activação em si pode “fornecer informação” à rede que lhe permite não depender de monitorização deliberada para que o participante rejeite traços incongruentes. Van Dantzig e Postma (2004), por exemplo, propuseram um modelo conexionista de falsas memórias que simula a monitorização das respostas, através de um módulo da rede que o faz automática e constantemente.

2. Algumas limitações metodológicas e possíveis investigações futuras

Em retrospectiva, poderão ser apontadas algumas limitações metodológicas aos estudos aqui propostos, assim como sugerir novas investigações que aprofundarão o nosso conhecimento sobre as teorias implícitas da personalidade e alguns processos envolvidos na formação de impressões.

Penso que em investigações futuras seria interessante estudar qual o efeito de forçar/provocar a monitorização de traços irrelevantes primados pelo contexto, assim como medir tempos de reacção num paradigma que envolvesse aceitar/recusar traços congruentes, irrelevantes ou incongruentes, em julgamentos de compatibilidade com uma pessoa-alvo, após primação de um traço irrelevante ou incongruente. Esta seria uma outra maneira de explorar o pressuposto de monitorização deliberada: se há mecanismos deliberados de monitorização envolvidos na recusa dos traços incongruentes, é de prever que os tempos de resposta a traços incongruentes, em caso de rejeição, sejam significativamente superiores aos outros tempos de resposta.

Uma das limitações que estes estudos poderão ter é a não inclusão de uma medida de dispersão percebida. Santos (2007) verificou que, embora a primação de traços incongruentes não tivesse efeito na tarefa de selecção de traços, que pode ser vista como uma medida de tendência central, ela aumentava a variabilidade percebida do grupo estereotípico numa tarefa de matriz de distribuições. Garcia-Marques e Mackie (1999) também já haviam notado esta sensibilidade das medidas de dispersão à apresentação de itens contra-estereotípicos, e aconselharam o uso destas medidas como complementando o uso de medidas de tendência central, no estudo da estabilidade/instabilidade dos estereótipos. Penso que também no caso da formação de impressões de personalidade seria importante, em investigações futuras, o uso de medidas de dispersão percebida. Obviamente, as tarefas teriam de ser adaptadas ao objecto de estudo, dado que a variabilidade percebida em grupos sociais envolve características diferentes das da variabilidade percebida numa pessoa. Enquanto que a variabilidade interna de um grupo tem a ver com como é percepcionado os seus membros distribuírem-se em relação a uma dada dimensão (Garcia-Marques & Mackie, 1999), a variabilidade interna de uma pessoa não poderá, por razões óbvias, ser relativa aos seus membros; parece-me que ela poderá, no entanto, existir e ser relativa ao tempo, ou às “vezes”, que uma pessoa é “de determinada maneira”, ou apresenta determinada característica. Ou seja, uma tarefa de percepção de variabilidade em relação a uma pessoa-alvo passaria, por exemplo, por distribuir 100 por cento do tempo de vida dessa pessoa por uma determinada dimensão. Mesmo que a tendência central se mantivesse invariável, a dispersão percebida poderia manter-se, aumentar ou diminuir consoante o contexto, em particular a presença de traços incongruentes.

Uma importante limitação metodológica que poderá ser apontada a estes estudos poderá referir-se à tarefa adaptada de Katz e Braly (1933). Poderá ser argumentado que

a tarefa principal utilizada nestes estudos não seja a mais indicada para estudar a instabilidade das teorias implícitas da personalidade, pois pode ser uma maneira indirecta de chegar às teorias implícitas da personalidade. Ou seja, está a estudar-se directamente a compilação de uma impressão que, segundo esse argumento, pode não se basear nas teorias implícitas da personalidade, ou que acarreta variações independentes da estabilidade das teorias. No entanto, penso poder dizer que tem sido defendido, pela visão clássica, que formar uma impressão de personalidade passa sempre por utilizar esse esquema de personalidade (mesmo que formar uma ideia completa, não apenas da personalidade, da pessoa vá muito para lá do uso desse esquema) para interpretar, processar, e inferir informação (Garcia-Marques et al., 2006a; Hamilton et al., 1980; Rosenberg et al., 1968). E esse uso parece ser ainda mais fundamental num caso em que se apresenta muito pouca informação e o participante é convidado a formar uma impressão de personalidade do alvo (Garcia-Marques et al., 2006a). Ou seja, as inferências não são erros de memória, mas um resultado lógico e constante do uso normal de uma suposta estrutura de conhecimento. Portanto, penso fazer sentido que, se há variações significativas nas inferências, é devido a variações nas teorias implícitas da personalidade, sendo que segundo a visão clássica não é suposto haver variação na estrutura, e como consequência as inferências deveriam mostrar uma elevada estabilidade intra-individual. Além disso, as teorias implícitas da personalidade “mostram-se” como expectativas de co-ocorrência de traços num alvo precisamente quando se forma uma impressão sobre um alvo específico, e parece-me que neste caso argumentar que as inferências podem advir de outras fontes que não o uso das teorias implícitas da personalidade será equivalente a dizer que a variação na compilação de um estereótipo (ou na medida de uma atitude, por exemplo) demonstra variabilidade na “imagem” de um grupo construída nesse momento e não no “verdadeiro” estereótipo (que supostamente seria uma estrutura armazenada e estável em memória). Mas parece-me que o interessante, e que tem sido defendido pelas abordagens exemplaristas e connexionistas, é que as representações mentais podem existir apenas no momento em que são usadas/compiladas (ainda que as suas unidades possam existir, estáveis, em memória, como nos modelos exemplaristas; mas esse conjunto de exemplares permanece inacessível, e a instabilidade é intrínseca pois só temos acesso, consciente ou inconsciente, à representação constituída por um sub-conjunto desses exemplares activado num dado momento; ver Smith, 1998). E, portanto, neste caso uma variação na sua compilação implica uma variação na sua representação.

No entanto, é possível que o uso desta tarefa não seja, de facto, o mais indicado, e que toda a minha argumentação esteja errada. Neste caso, uma possível alternativa em investigações futuras seria utilizar uma tarefa semelhante à de Rosenberg e colaboradores (1968), em dois momentos. Ou seja, pedir que os participantes agrupem traços, a partir de um vasto número deles e podendo repetir o uso de cada traço, segundo aqueles que consideram, normalmente e em geral, estar associados entre si. Neste caso penso que se poderiam fazer dois tipos de análises interessantes: de amostra agregada e intra-individual. Nas análises de amostra agregada realizar-se-iam escalonamentos multidimensionais a partir dos dados agregados de todos os indivíduos, em teste e em reteste, com manipulação da constância do contexto. Aqui poderíamos ver se os factores extraídos desta análise se mantinham estáveis ou não. Relativamente a uma análise intra-individual, o que se calcularia não seriam correlações de elemento comum, mas possivelmente a estabilidade das associações entre cada par de traços, para um mesmo participante em dois momentos diferentes, com manipulação do contexto.

3. Sumário

O conjunto de resultados esperados neste trabalho, referentes às teorias implícitas da personalidade, (a instabilidade teste-reteste, a sensibilidade ao contexto, a incorporação de informação irrelevante e a sobrecarga cognitiva provocar um aumento da incorporação de informação incongruente) dar-nos-ão evidências empíricas sobre características das teorias implícitas da personalidade que nunca foram estudadas, e que contrariam a visão clássica que se tem dessas expectativas de relações entre traços. Uma possibilidade é que essas “teorias” sejam representações criadas no momento, derivadas de uma pista compósita que activa, ou que reconstrói, informação aprendida, e que pode ainda inserir informação nova, nunca aprendida em relação com o alvo, gerando uma representação diferente de cada vez que ela é compilada.

Mais, os resultados obtidos com este trabalho poderão convergir com os resultados de outros trabalhos, anteriormente revistos, que focam a natureza situada da cognição e a consequente flexibilidade das nossas representações mentais. A confirmarem-se as hipóteses, essa flexibilidade começará a revelar-se como inerente a todas as representações mentais (logo, uma característica generalizada do sistema cognitivo), inclusivamente representações mentais de alvos que cremos tão estáveis e unos como

são os indivíduos, e não limitada a representações específicas. Como Garcia-Marques e colaboradoras (2006b) sugerem, “É portanto possível que tenhamos tomado a consistência social como consistência cognitiva.” (p. 826).

Além disso, torna-se importante estudar de que forma é que essa flexibilidade cognitiva se manifesta, de que forma é que as situações do dia-a-dia poderão provocar a instabilidade das representações mentais, e em que direcções se poderá prever essa instabilidade.

Referências Bibliográficas

- Anderson, N. H. (1962). Application of an additive model to impression formation. *Science*, 58, 305-316.
- Anderson, N. H. (1965). Averaging versus adding as a stimulus-combination rule in impression formation. *Journal of Experimental Psychology*, 70, 394-400.
- Araya, T. (2003). Stereotypes: Suppression, forgetting, and false memory. *Acta Universitatis Upsaliensis. Comprehensive Summaries of Uppsala Dissertations from the Faculty of Social Sciences*, 122. Uppsala, Sweden: Uppsala University Library.
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 258-290.
- Babey, S. H., Queller, S., & Klein, S. B. (1998). The role of expectancy violating behavior in the representation of trait knowledge: A summary-plus-exception model of social memory. *Social Cognition*, 16, 287, 339.
- Bargh, J. A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In R. S. Wyer & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition* (2nd ed., pp. 1-40). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Bargh, J. A. (1999). The cognitive monster: The case against the controllability of automatic stereotype effects. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 361-382). New York: Guilford.
- Barsalou, L. W. (1987). The instability of graded structure: Implications for the nature of concepts. In U. Neisser (Ed.), *Concepts reconsidered: The ecological and intellectual bases of categories* (pp. 101-140). New York: Cambridge University Press.

- Barsalou, L. W. (1989). Intra-concept similarity and its implications for inter-concept similarity. In S. Vosniadou & A. Ortony (Eds.), *Similarity and analogical reasoning* (pp. 76-116). New York: Cambridge University Press.
- Barsalou, L. W. (1990). On the indistinguishability of exemplar memory and abstraction in category representation. In T. K. Srull, & R. S. Wyer, *Advances in Social Cognition (Vol. III): Content and Process Specificity in the Effects of Prior Experiences* (pp. 61-88). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Barsalou, L. W. (1999). Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, 22, 577-660.
- Barsalou, L. W. (2003). Situated simulation in the human conceptual system. *Language and Cognitive Processes*, 18, 513-562.
- Barsalou, L. W. (2008). Grounded cognition. *Annual Review of Psychology*, 59.
- Blair, I. V. (2002). The malleability of automatic stereotypes and prejudice. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 242-261.
- Cantor, N., & Mischel, W. (1977). Traits and prototypes: Effects on recognition memory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 38-48.
- Cantor, N., Mischel, W., & Schwartz, J. C. (1982). A prototype analysis of psychological situations. *Cognitive Psychology*, 14, 45-77.
- Coats, S., & Smith, E. R. (1999). Perceptions of gender subtypes: Sensitivity to recent exemplar activation and in-group / out-group differences. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 515-526.
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2004). When professionals become mothers, warmth doesn't cut the ice. *Journal of Social Sciences*, 60, 701-718.

- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2007). The BIAS map: Behaviors from intergroup affect and stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92, 631-648.
- Deese, J. (1959). On the prediction of occurrence of particular verbal intrusions in immediate free recall. *Journal of Experimental Psychology*, 58, 17-22.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18
- Fiske, S. T. (1980). Attention and weight in person perception: The impact of negative and extreme behaviour. *Journal of Experimental Psychology*, 38, 889-906.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition: Warmth and competence. *Trends in Cognitive Sciences*, 11, 77-83.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 878—902.
- Friendly, M. L., & Glucksberg, S. (1970). On the description of subcultural lexicons: A multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 878-902.
- Gallo, D. A., & Roediger, H. L., III (2002). Variability among word lists in eliciting memory illusions: Evidence for associative activation and monitoring. *Journal of Memory and Language*, 47, 469-497.
- Gallo, D. A., Roediger, H. L., III, & McDermott (2001). Associative false recognition occurs without strategic criterion shifts. *Psychonomic Bulletin and Review*, 8, 579-586.

- Garcia-Marques, L. (1998). Bounded rationality does not require abstractionism. Towards episodic social cognition. In A. C. Quelhas & F. Pereira (Eds.), *Cognition and context* (pp. 147-168). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B., & Garcia-Marques, T. (2006a). DREAM and false memories of personality: The stuff that impressions are made of. In R. Sun and Naomi Miyake (Eds.), *Proceeding of the 28th Annual conference of Cognitive Science Society* (pp. 250-254). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Garcia-Marques, L., & Garcia-Marques, T. (2004). Quem vê caras, *infere corações*: Impressões de personalidade e memórias de pessoas. In T. Garcia-Marques & L. Garcia-Marques (Eds.), *Processando informação sobre os outros I: Formação de impressões de personalidade e representação cognitiva de pessoas* (pp. 11-47). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Garcia-Marques, L., & Mackie, D. M. (1999). The impact of stereotype-incongruent information on perceived group variability and stereotype change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 979-990.
- Garcia-Marques, L., Santos, A. S., & Mackie, D. M. (2006b). Stereotypes: Static definitions or dynamic knowledge structures? *Journal of Personality and Social Psychology*, 91, 814-831.
- Hamilton, D. L. (2005). *Social Cognition*. New York: Psychology Press.
- Hamilton, D. L., & Fallot, R. D. (1974). Information salience as a weighting factor in impression formation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 30, 444-448.
- Hamilton, D. L., Katz, L., & Leirer, V. (1980). Organizational processes in impression formation. In R. Hastie, T. M. Omstrom, E. B. Ebbesen, R. S. Wyer, Jr., D. L. Hamilton, & D. E. Carlston (Eds.), *Person memory: The cognitive basis of social perception* (pp. 121-153). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Hamilton, D. L., & Sherman, S. J. (1994). Stereotypes. In R. S. Wyer, Jr., & T. K. Srull, (Eds.), *Handbook of social cognition* (2nd ed., pp. 1-68). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Hamilton, D. L., Sherman, S. J., & Lickel, B. (1998). Perceiving social groups: The importance of the entitativity continuum. In C. Sedikides & J. Schopler (Eds.), *Intergroup cognition and intergroup behaviour* (pp. 47-74). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hastie, R., & Kumar, P. A. (1979). Person memory: Personality traits as organizing principles on memory for behaviours. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 25-38.
- Hastie, R. & Park, B. (1986). The relationship between memory and judgement depends on whether the judgement task is memory-based or on-line. *Psychological Review*, 93, 258-268.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Higgins, E. T., & Bargh, J. A. (1987). Social cognition and social perception. *Annual Review of Psychology*, 38, 369-425.
- Higgins, E. T., & Stangor, C. (1988). A “change-of-standard” perspective on the relations among context, judgement, and memory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 181-192.
- Hintzman, D. L. (1986). “Schema-abstraction” in a multiple-trace memory model. *Psychological Review*, 93, 411-428.
- Hong, Y., Levy, S. R., & Chiu, C. (2001). The contribution of the lay theories approach to the study of groups. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 98-106.
- Judd, C. M., James-Hawkins, L., Yzerbyt, V., & Kashima, Y. (2005). Fundamental dimensions of social judgement: Understanding the relations between judgements

of competence and warmth. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89, 899-913.

Kahneman, D., & Miller, D. T. (1986). Norm theory: Comparing reality to its alternatives. *Psychological Review*, 93, 136-153.

Kashima, Y., Woolcock, J., & Kashima, E. (2000). Group impressions as dynamic configurations: The tensor product model of group impression formation and change. *Psychological Review*, 107, 914-942.

Katz, D., & Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of 100 college students. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 28, 280-290.

Kunda, Z., & Thagard, P. (1996). Forming impressions from stereotypes, traits, and behaviors: A parallel-constraint-satisfaction theory. *Psychological Review*, 103, 284-308.

Levy, S. R., Plaks, J. E., Hong, Y., Chiu, C., & Dweck, C. S. (2001). Static versus dynamic theories and the perception of groups: Different routes to different destinations. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 156-168.

Lickel, B., Hamilton, D. L., & Sherman, S. J. (2001). Elements of a lay theory of groups: Types of groups, relational styles, and the perception of group entitativity. *Personality and Social Psychology Review*, 5, 129-140.

Linville, P. W., Fischer, G. W., & Salovey, P. (1989). Perceived distributions of characteristics of in-group and out-group members: Empirical evidence and a computer simulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 165-188.

Logan, G. D. (1988). Toward an instance theory of automaticity. *Psychological Review*, 95, 492-527.

Markus, H. (1977). Self-schemata and processing information about the self. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 63-78.

- Masson, M. E. J. (1995). A distributed memory model of semantic priming. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 21, 3-23.
- McClelland, J. L. (2000). Connectionist models of memory. In E. Tulving, & F. I. M. Craik (Eds.), *The Oxford Handbook of Memory* (pp. 583-596). New York: Oxford University Press.
- McClelland, J. L., & Rumelhart, D. E. (1985). Distributed memory and the representation of general and specific information. *Journal of Experimental Psychology, General*, 114, 159-188.
- McCloskey, M. E., & Glucksberg, S. (1978). Natural categories: Well defined or fuzzy sets? *Memory and Cognition*, 6, 462-472.
- Medin, D. (1989). Concepts and conceptual structure. *American Psychologist*, 12, 1469-1481.
- Medin, D. L., Altom, M. W., Edelson, S. M., & Freko, D. (1982). Correlated symptoms and simulated medical classification. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 8, 37-50.
- Medin, D. L., & Schaffer, M. M. (1978). Context theory of classification learning. *Psychological Review*, 85, 207-238.
- Mensh, I. N., & Wishner, J. (1947). Asch on "Forming impressions of personality": Further evidence. *Journal of Personality*, 16, 188-191.
- Nisbett, R. E., Krantz, D. H., Jepson, C., & Kunda, Z. (1983). The use of statistical heuristics in everyday reasoning. *Psychological Review*, 90, 330-363.
- Nosofsky, R. M., & Palmeri, T. J. (1997). An exemplar-based random walk model of speed classification. *Psychological Review*, 104, 266-300.

- Passini, F. T., & Norman, W. T. (1966). A universal conception of personality structure? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 44-49.
- Posner, M. J., & Keele, S. W. (1968). On the genesis of abstract ideas. *Journal of Experimental Psychology*, 77, 353-363.
- Posner, M. J., & Keele, S. W. (1970). Retention of abstract ideas. *Journal of Experimental Psychology*, 83, 304-308.
- Queller, S., & Smith, E. R. (2002). Subtyping versus bookkeeping in stereotype learning and change: Connectionist simulations and empirical findings. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 300-313.
- Ratcliff, R., & McKoon, G. (1988). A retrieval theory of priming. *Psychological Review*, 95, 385-408.
- Roediger, H. L., III (1990). Implicit memory: Retention without remembering. *American Psychologist*, 45, 1043-1056.
- Roediger, H. L., III, Balota, D. A., & Watson, J. M. (2001). Spreading activation and the arousal of false memories. In H. L. Roediger, J. S. Nairne, I. Neath, & A. M. Suprenant (Eds.), *The nature of remembering: Essays in honor of Robert G. Crowder* (pp. 95-115). Washington, DC: American Psychological Association Press.
- Roediger, H. L., III, Gallo, D. A. (2004). Associative memory illusions. In R. F. Pohl (Ed.), *Cognitive illusions: A handbook on fallacies and biases in thinking, judgement and memory* (pp. 309-326). Hove, UK: Psychology Press.
- Roediger, H. L., III, & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21, 803-814.

- Roediger, H. L., III, McDermott, K. B., & Robinson, K. J. (1998). The role of associative processes in creating false memories. In M. A. Conway, S. E. Gathercole, & C. Cornoldi (Eds.), *Theories of memory* (Vol. II, pp. 187-245). Hove, UK: Psychology Press.
- Rosenberg, S., Nelson, C., & Vivekananthan, P. S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 283-194.
- Santos, A. S. C. (2001). A instabilidade dos estereótipos: Experiências em cognição social com uma metodologia de teste-reteste longitudinal. *Tese de mestrado não publicada*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Santos, A. S. C. (2007). A relatividade dos estereótipos: Sensibilidade ao contexto e mecanismos explicativos. *Tese de doutoramento não publicada*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Schneider, D. J. (1973). Implicit personality theory: A review. *Psychological Bulletin*, 79, 294-319.
- Schneider, D. J., & Blankmeyer, B. L. (1983). Prototype salience and implicit personality theories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 712-722.
- Sherman, J. W. (1996). Development and mental representation of stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 1126-1141.
- Smith, E. R. (1996). What do connectionism and social psychology offer each other? *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 893-912.
- Smith, E. R. (1998). Mental representation and memory. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4th ed., Vol.1, pp. 391-445). New York: McGraw-Hill.

- Smith, E. R., & DeCoster, J. (1998). Knowledge acquisition, accessibility, and use in person perception and stereotyping: Simulation with a recurrent connectionist network. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 21-35.
- Smith, E. R., & Semin, G. R. (2007). Situated social cognition. *Current Directions in Psychological Science*, 16, 132-135.
- Smith, E. R., & Zárate, M. A. (1992). Exemplar-based model of social judgements. *Psychological Review*, 99, 3-21.
- Snyder, M., & Uranowitz, S. W. (1978). Reconstructing the past: Some cognitive consequences of person perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 941-950.
- Srull, T. K. (1981). Person memory: Some tests of associative storage and retrieval models. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Cognition*, 7, 440-462.
- Sulin, R. A., & Dooling, D. J. (1974). Intrusions of a thematic idea in retention of prose. *Journal of Experimental Psychology*, 103, 255-262.
- Van Dantzig, S., & Postma, E. O. (2004). A connectionist model of false memories. Comunicação apresentada no CogSci 2004 – 26th Annual Meeting of the Cognitive Science Society. Westin River North Hotel, Chicago.
- Van Overwalle, F., & Labiouse, C. (2004). A recurrent connectionist model of person impression formation. *Personality and Social Psychology Review*, 8, 28-61.
- Van Rooy, D., Van Overwalle, F., Vanhoomissen, T., Labiouse, C., & French, R. (2003). A recurrent connectionist model of group biases. *Psychological Review*, 110, 536-563.

- White, J. D., & Carlston, D. E. (1983). Consequences of schemata for attention, impression, and recall in complex social interactions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 538-549.
- Whittlesea, B. W. A. (1987). Preservation of specific experiences in the representation of general knowledge. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 13, 3-17.
- Wishner, J. (1960). Reanalysis of "Impressions of personality". *Psychological Review*, 67, 96-112.
- Wittenbrink, B., Gist, P. L., & Hilton, J. L. (1997). Structural properties of stereotypic knowledge and their influences on the construal of social situations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 526-543.

ANEXO I: Traços da lista de verificação

Simpático	Invejoso
Caloroso	Mal-humorado
Sociável	Anti-social
Feliz	Maldoso
Sincero	Frio
Sensível	Arrogante
Divertido	Antipático
Prestável	Passivo
Bondoso	Interesseiro
Compreensivo	Intolerante
Honesto	Manipulador
Burro	Hábil
Irresponsável	Capaz
Ingênuo	Criativo
Desmotivado	Culto
Incompetente	Esperto
Negligente	Organizado
Limitado	Inteligente
Inculto	Competente
Lento	Racional
Incapaz	Determinado
Desatento	Dinâmico